BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 12 | dezembro 2018

Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: dezembro de 2018

Elaborado com informação disponível até ao dia 26 de dezembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia
Rua da Prata, 8
0249-127 Lisboa
Telefone: +351 217 921 372
Fax: +351 217 921 398
URL: http://www.gee.min-economia.pt
E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças
Rua da Alfândega, 5A
1210 - 016 Lisboa
Telefone: +351 218 823 390/91/96
Fax: +351 218 823 399
URL: http://www.gpeari.gov.pt

ISSN: 1747-9122

(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura **5**

Sumário 7

1. Enquadramento Internacional 11

2. Conjuntura Nacional 15

3. Comércio Internacional 27

Artigos **33**

Em Análise **35**

Exportação portuguesa de mobiliário (2013 a 2017) 35

Iniciativas e Medidas Legislativas **43**

Lista de Acrónimos **51**

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- No final do terceiro trimestre de 2018 (setembro), assistiu-se a uma desaceleração tanto da produção industrial mundial como das trocas comerciais das economias avançadas e dos países emergentes e em desenvolvimento, com destaque para um recuo significativo das importações dos países emergentes, nomeadamente da Ásia.
- O PIB do G20 abrandou para 3,6% em termos homólogos reais no 3.º trimestre de 2018 (3,8% no 2.º trimestre), influenciado por um crescimento mais moderado da economia europeia e do Japão; a par de um crescimento menos robusto de alguns países emergentes, tais como da China, Índia e Turquia.
- Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2018 para os EUA indicam a continuação de uma expansão da atividade económica, mas em abrandamento (produção industrial, vendas a retalho e exportações de bens) e uma evolução favorável do mercado de trabalho. Em novembro de 2018, a taxa de desemprego estabilizou em 3,7% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 2,2% (2,5% em outubro).
- No 3.º trimestre de 2018, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) abrandou para 1,8% e 1,6% em termos homólogos reais, respetivamente (2,1% e 2,2%, designadamente, no trimestre precedente) refletindo sobretudo um crescimento menos forte das exportações. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de novembro de 2018, o PIB trimestral em cadeia da área do euro diminuiu de forma expressiva, regressando aos níveis de agosto de 2018 (0,2%, no 3.º trimestre). No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2018, o indicador de sentimento económico continuou a evoluir no sentido descendente tanto na UE como na AE, resultando do agravamento de todos os indicadores de confiança, com exceção do sector da construção. Em outubro de 2018, a taxa de desemprego estabilizou quer para a UE, quer para a AE, situando-se em 6,7% e 8,1%, respetivamente (o valor mais baixo desde finais de 2008, no caso da área do euro) revelando a continuação da evolução favorável do mercado de trabalho. Em novembro de 2018, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,9% em termos homólogos (2,2% em outubro) devido sobretudo à desaceleração dos preços de energia; mantendo-se, no entanto, em 1,7% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- Em dezembro de 2018 e, até ao dia 19, o preço *spot* do petróleo *Brent* continuou a evoluir no sentido descendente, para se situar, em média, em 60 USD/bbl (53 €/bbl), refletindo o aumento de reservas de petróleo nos EUA e das dúvidas em torno do impacto do corte de produção de 1,2 milhões de barris diários, a partir de janeiro de 2019 e durante 6 meses, acordado entre a OPEP e seus parceiros, a 7 de dezembro de 2018.
- As taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente para a área do euro, para se situarem em -0,31%, em média, em dezembro de 2018, até ao dia 19 (-0,32%, em média, de junho a novembro de 2018) e acentuaram o movimento de subida para os EUA (2,78%) em linha com a decisão da Reserva Federal, a 19 de dezembro, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 2,25% e 2,50%. O Conselho do Banco Central Europeu (BCE), confirmou, a 13 de dezembro de 2018, a conclusão das compras líquidas de ativos no final de dezembro e manteve as taxas de juro inalteradas.
- Ao longo de 2018, assistiu-se a um movimento de depreciação do euro face ao dólar, refletindo o efeito de políticas monetárias divergentes entre a área do euro e os EUA; algum enfraquecimento económico da área do euro e da elevada incerteza quanto ao desfecho do *Brexit*. Assim, no dia 19 de dezembro de 2018, o euro situava-se em 1,14 dólares, representando uma depreciação de quase 5% face ao final de 2017 (1,20).

Conjuntura Nacional

- De acordo com os dados publicados pelo INE referentes a novembro de 2018, o indicador de clima económico registou uma ligeira desaceleração face ao trimestre precedente, mantendo-se, contudo, próximo dos valores mais elevados desde o 1.º semestre de 2002 registados em agosto.
- O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 3,4% no trimestre terminado em outubro, acelerando 1 p.p. face ao valor registado no terceiro trimestre do ano.
- O indicador de confiança dos consumidores desceu ligeiramente no trimestre terminado no mês de novembro. Por seu turno, a opinião dos empresários relativa à procura interna de bens de consumo melhorou ligeiramente, continuando, no entanto, em níveis negativos.
- O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 3,7%, o que representa uma diminuição de 0,3 p.p. face ao registado no 3.º trimestre.
- Até outubro de 2018, o défice acumulado da balança corrente foi de 428 milhões de euros, o que representa um agravamento em 1099 milhões de euros, em termos homólogos.
- A estimativa do INE aponta para que a taxa de desemprego em julho se tenha fixado nos 6,7%, valor próximo do mínimo de setembro de 2002 (6,6%). O crescimento do emprego é estimado em 1,7%, menos 0,4 p.p. do que em setembro.
- A variação do IPC, em novembro, foi de 0,9%, enquanto o IPC subjacente cresceu menos quatro décimas (0,5%). Já o IPPI registou um crescimento de 3,6%, 1,8% excluindo a energia.
- No final de novembro do presente ano, o sector das Administrações Públicas registou um saldo global deficitário de 624 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 1.425 milhões de euros relativamente ao período homólogo.
- Por subsectores, a Administração Central apresentou um saldo negativo de 3.283 milhões de euros, tendo a Administração Local e Regional apresentado um excedente de 382 milhões de euros (contributos de 416 e -35 milhões de euros, respetivamente). A Segurança Social obteve um saldo de 2.277 milhões de euros.
- O crescimento da receita foi essencialmente impulsionado pelo aumento de 5,4% na Receita Fiscal, dos quais, 2,6 p.p. provenientes de Impostos Diretos (crescimento de 6,3%) e 2,7 p.p. de Impostos Indiretos (4,7%).
- A Despesa Corrente apresentou um crescimento de 1,4% essencialmente resultante do aumento de 1,9% em Transferências Correntes. Nas Despesas de Capital (aumento de 24,4%), verificou-se um crescimento de 46,6% em Transferências de Capital para a Administração Central.
- A dívida das Administrações Públicas (critério de Maastricht) em novembro aumentou 397 milhões de euros face ao mês anterior, fixando-se em 251.476 milhões de euros. Quando comparada com o final de 2017, a dívida das Administrações Públicas aumentou 8.275 milhões de euros (+3,6%).
- Em novembro, a dívida direta do Estado manteve-se estável (menos 20 milhões de euros) face ao mês anterior, fixando-se em 247.364 milhões de euros. A dívida após cobertura cambial atingiu 246.648 milhões de euros, mais 193 milhões que no mês anterior. O aumento do *stock* de Obrigações do Tesouro, em 1.220 milhões de euros, quase que compensou a redução do saldo de Bilhetes do Tesouro (890 milhões de euros), de CEDIC (279 milhões de euros) e de Certificados do Tesouro (70 milhões de euros).

Comércio Internacional

- Os ***resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional*** recentemente divulgados[1] apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 6,5% nos primeiros dez meses de 2018. Neste mesmo período, as importações aumentaram 7,5%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 11,3%, correspondendo a 1 360 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 78,4%, menos 0,7 p.p. que em igual período de 2017.

- Nos primeiros dez meses de 2018, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (6,7%), excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram um crescimento (6,8%) superior ao das exportações, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 7,4%.

- No último ano a terminar em outubro de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 6,5% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos "Material de transp. terrestre e suas partes" (4 p.p.), dos "Minérios e metais" (0,8 p.p.) e dos "Produtos acabados diversos" (0,6 p.p.). Nos primeiros dez meses de 2018, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos "Material de transp. terrestre e suas partes" (3,8 p.p.), seguido do contributo das "Minérios e metais" (0,8 p.p.), "Agroalimentares" e "Produtos acabados diversos", ambos com (0,6 p.p.).

- De janeiro a outubro de 2018, as exportações para o mercado comunitário cresceram 9,4 %, em termos homólogos, e contribuíram em 7 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram um crescimento de 8,5 %, em termos homólogos, e as exportações para os países do Alargamento 25,3 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 6 p.p. e 1 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,3% do total de janeiro a outubro de 2018), registaram o maior contributo Intra UE-15 (1,7 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e a Alemanha (1,1 p.p. e 1 p.p., respetivamente).

- Nos primeiros dez meses de 2018, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 1,7%, passando a representar 24,0 % do total das exportações nacionais (-2 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Turquia (15,7%), Canadá (13%) e México (13%).

- De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de outubro de 2018, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,9% nos primeiros dez meses de 2018. A componente de Serviços registou um melhor desempenho relativamente à dos Bens (7% e 6,9%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (4,4 p.p.).

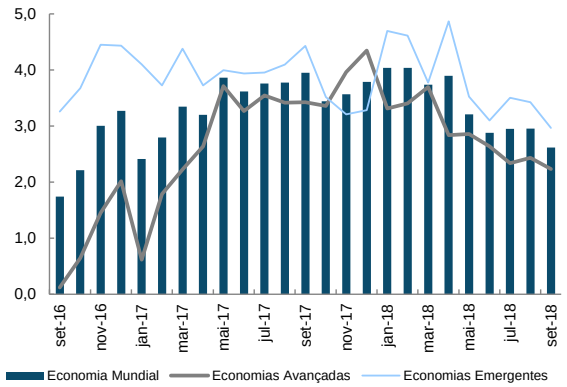
[1] Resultados mensais preliminares de janeiro a outubro de 2018.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em setembro de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 2,6% em termos homólogos (3% no mês precedente) devido sobretudo ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente dos países asiáticos.

Figura 1.1.Produção Industrial
(VH, em %)



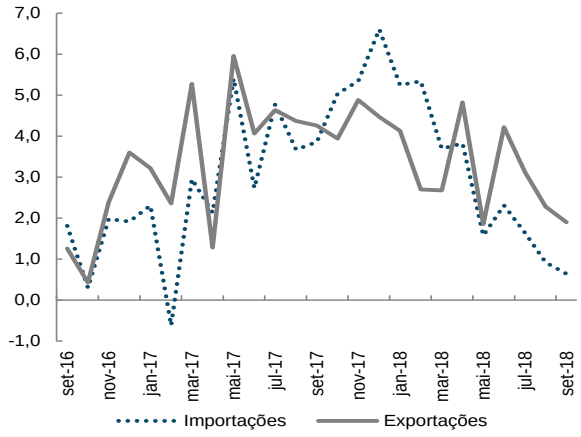
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também recuou, resultando da deterioração tanto das importações como das exportações mundiais.

De facto, em setembro de 2018 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 2,3% (3,7% em agosto);
- as importações e exportações mundiais desaceleraram para 2% e 2,7%, respetivamente (4,1% e 3,3%, no mês precedente, designadamente).

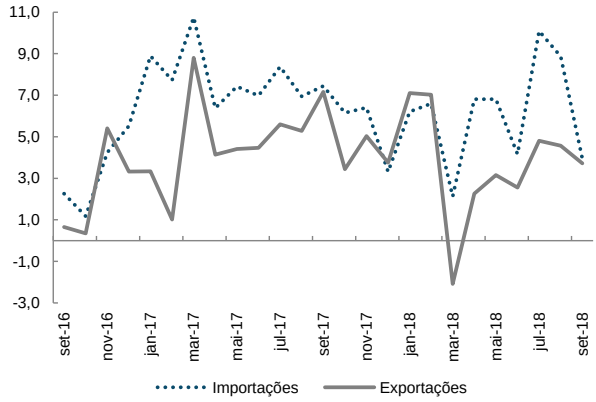
Figura 1.2. Comércio Externo das Economias Avançadas (VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A evolução das trocas comerciais em setembro de 2018 indica um enfraquecimento do comércio externo quer das economias avançadas, quer dos países emergentes. Neste aspeto, destaca-se um abrandamento particularmente acentuado das importações dos países emergentes, especialmente da Ásia, as quais desaceleraram para 5,2% (11,2% no mês anterior).

Figura 1.3. Comércio Externo dos Países Emergentes
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

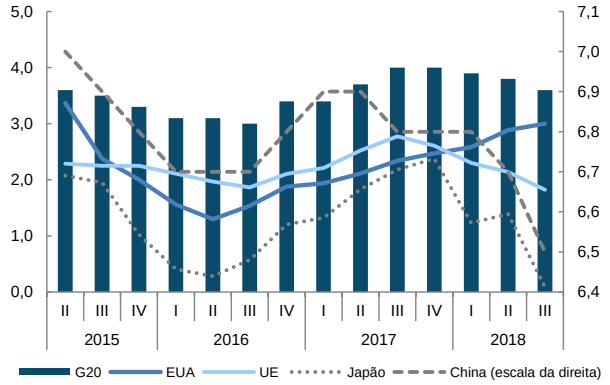
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,5	3,8	3,6	3,9	3,3	2,8	2,9	3,0	3,0	2,6
Economias Avançadas	VH	CPB	3,0	3,5	3,9	3,5	2,8	2,3	2,6	2,3	2,4	2,2
Economias Emergentes	VH	CPB	3,9	4,2	3,3	4,4	3,8	3,3	3,1	3,5	3,4	3,0
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	4,7	5,3	4,9	4,2	3,5	3,5	3,3	4,4	3,7	2,3
Importações Mundiais	VH	CPB	5,1	5,5	5,5	4,8	3,9	3,7	3,1	5,0	4,1	2,0
Economias Avançadas	VH	CPB	3,7	4,1	5,7	4,8	2,6	1,1	2,3	1,6	0,9	0,6
Economias Emergentes	VH	CPB	7,2	7,6	5,3	5,0	5,9	7,6	4,2	10,1	8,9	3,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	4,3	5,1	4,3	3,5	3,2	3,3	3,5	3,9	3,3	2,7
Economias Avançadas	VH	CPB	4,1	4,4	4,4	3,2	3,6	2,4	4,2	3,1	2,3	1,9
Economias Emergentes	VH	CPB	4,7	6,0	4,1	3,9	2,7	4,4	2,6	4,8	4,6	3,7

Atividade Económica Extra-UE

No 3.º trimestre de 2018, o PIB do **G20** desacelerou para 3,6% em termos homólogos reais (3,8% no 2.º trimestre), o qual foi influenciado por um crescimento mais moderado da União Europeia e do Japão; a par de um crescimento menos robusto da China, Índia e Turquia.

Figura 1.4. PIB do G20, em volume
(VH, em %)



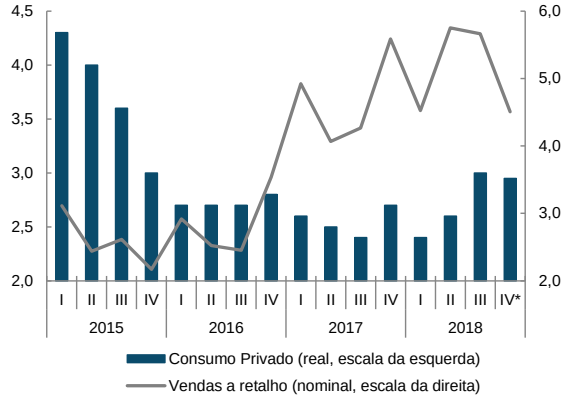
Fonte: OCDE.

Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2018 para os **EUA** indicam um crescimento mais moderado da atividade económica; mantendo-se, no entanto, uma evolução favorável do mercado de trabalho. No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2018 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial desacelerou para 3,9% (5% no 3.º trimestre) acompanhado de uma menor confiança da indústria;
- as vendas a retalho abrandaram para 4,5% (5,7% no 3.º trimestre); mantendo-se, no entanto, um crescimento robusto do consumo privado;
- a taxa de desemprego diminuiu para 3,7% e, a taxa de inflação homóloga desceu para 2,2% (2,6% no 3.º trimestre).

Também, as exportações de bens apresentaram um crescimento menos robusto em outubro de 2018, tendo aumentado para 8,1% em termos homólogos nominais (8,6%, no mês precedente).

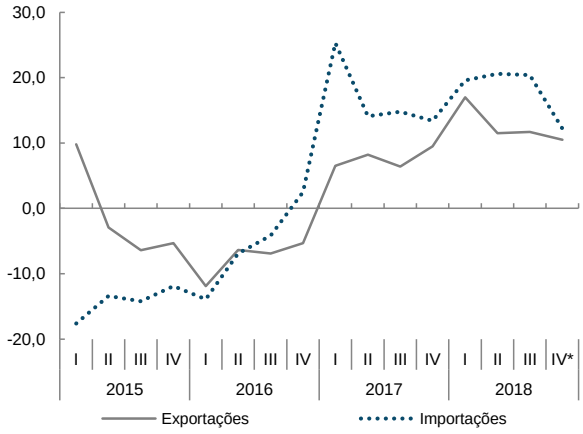
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fontes: *Bureau of Economic Analysis*. *Census Bureau*. * média dos meses de outubro e novembro p/ vendas a retalho e trimestre terminado em outubro p/ consumo privado.

Os indicadores disponíveis para a **China** sugerem um abrandamento da atividade económica no 4.º trimestre de 2018 (produção industrial e vendas a retalho). No âmbito das trocas comerciais, é de destacar um enfraquecimento das exportações e importações nominais, com destaque para uma desaceleração particularmente acentuada das exportações em novembro (5,4% em termos homólogos).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China
(VH nominal, em %)



Fonte: OMC. * média dos meses de outubro e novembro.

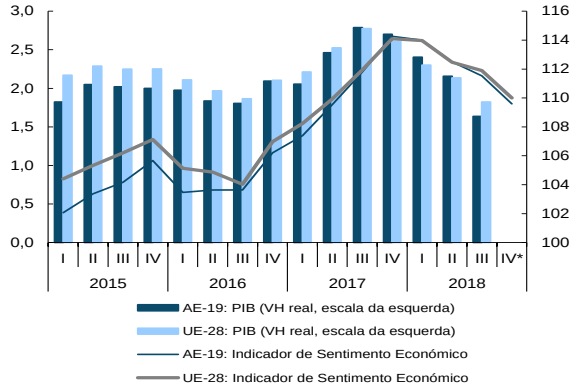
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,3	2,5	2,6	2,9	3,0	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,6	1,3	3,0	3,4	3,4	5,0	5,4	5,5	3,8	3,9
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,5	58,7	58,7	59,7	58,7	59,7	61,3	59,8	57,7	59,3
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,2	58,2	60,1	61,1	61,4	60,8	60,7	65,2	62,5	65,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	96,8	95,1	98,4	98,9	98,3	98,1	96,2	100,1	98,6	97,5
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,4	4,3	4,1	4,1	3,9	3,8	3,9	3,7	3,7	3,7
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,8	6,8	6,8	6,7	6,5	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	7,9	6,4	9,5	17,0	11,5	11,7	9,1	14,5	15,6	5,4
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,9	2,2	2,4	1,2	1,4	0,1	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2018, o indicador de sentimento económico continuou a descer para a União Europeia (UE) e área do euro (AE), resultando do agravamento de todos os indicadores de confiança, com exceção do sector da construção. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de novembro de 2018, o PIB trimestral em cadeia da AE diminuiu de forma expressiva, para regressar ao nível de agosto (+0,2%, no 3.º trimestre).

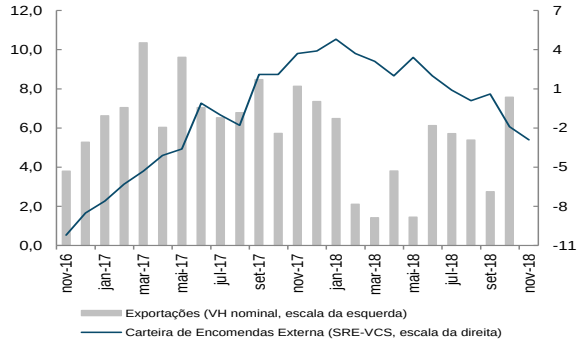
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * média de outubro e novembro.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em outubro de 2018 indicam uma melhoria da produção industrial e das vendas a retalho. Quanto às exportações de bens, estas aceleraram de forma acentuada, tendo aumentado para 7,6% em termos homólogos nominais (2,8% no mês precedente).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

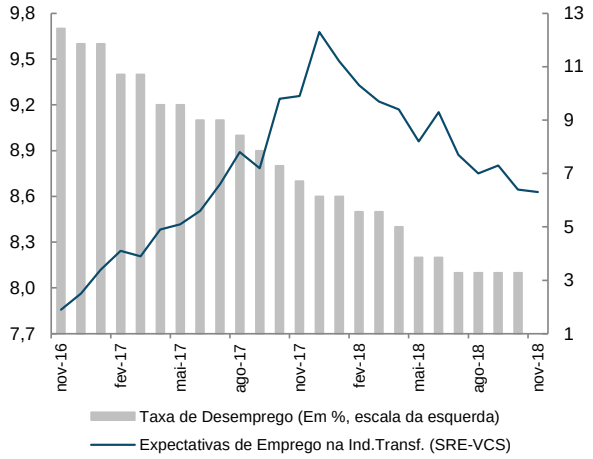


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em outubro de 2018, a taxa de desemprego estabilizou tanto para a União Europeia como para a área do euro, mantendo-se em 6,7% e 8,1%, respetivamente, mas, representou uma descida homóloga de 0,7 p.p., para ambos os casos.

Em novembro de 2018, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os sectores do comércio a retalho e construção; enquanto pioraram para a indústria transformadora e serviços.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

O emprego total da economia abrandou para 1,3% em termos homólogos na AE no 3.º trimestre de 2018 (1,5% no trimestre anterior) acompanhado de uma produtividade menos intensa, cujo aumento foi de 0,4% em termos homólogos (0,7%, no 2.º trimestre).

Em novembro de 2018, a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,9% (2,2% em outubro) devido sobretudo à desaceleração dos preços de energia. Porém, a taxa de inflação global manteve-se em 1,7%, em termos de variação dos últimos 12 meses.

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aceleraram para 2,7% em termos homólogos nominais no 3.º trimestre de 2018 (2,5% no trimestre precedente).

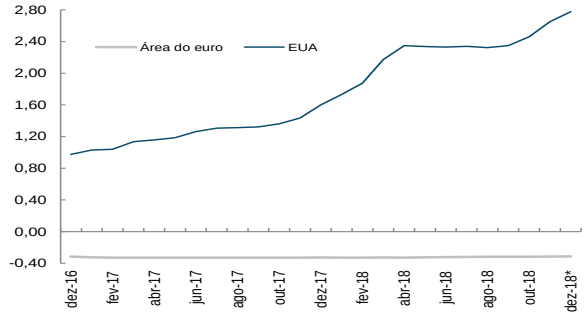
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,8	2,6	2,3	2,1	1,8	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,1	111,9	114,1	114,0	112,5	111,9	112,2	111,2	110,4	109,6
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,8	2,7	2,4	2,2	1,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	111,8	114,3	114,0	112,5	111,5	111,6	110,9	109,7	109,5
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,9	4,1	3,9	3,2	2,4	0,8	1,0	0,7	1,0	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,3	2,6	1,9	1,6	1,6	1,1	2,0	0,3	1,9	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,1	9,0	8,7	8,5	8,3	8,1	8,1	8,1	8,1	:
IHPC	VH	"	1,5	1,4	1,4	1,3	1,7	2,1	2,0	2,1	2,2	1,9

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em dezembro de 2018 e, até ao dia 19, a taxa Euribor a 3 meses subiu ligeiramente, para se situar, em média, em -0,31% (-0,32%, em média, de junho a novembro). Para os EUA, a taxa de juro de curto prazo (*Libor*) prosseguiu a tendência ascendente (2,78%), em linha com a decisão da Reserva Federal, a 19 de dezembro, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 2,25% e 2,50%.

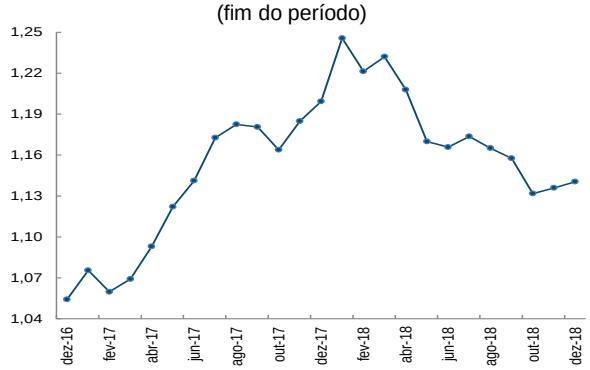
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 19.

Em novembro de 2018, as taxas de juro de longo prazo diminuíram quer para os EUA, quer para a área do euro, embora tenha sido mais acentuado para o último caso. Recentemente, assistiu-se a um recuo do diferencial das taxas de rendibilidade dos países periféricos da área do euro face à Alemanha, com destaque para a Itália, influenciado pelo acordo entre a Comissão Europeia e o Governo deste país acerca da diminuição do défice público previsto para 2% do PIB em 2019 (anteriormente proposto de 2,4%).

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

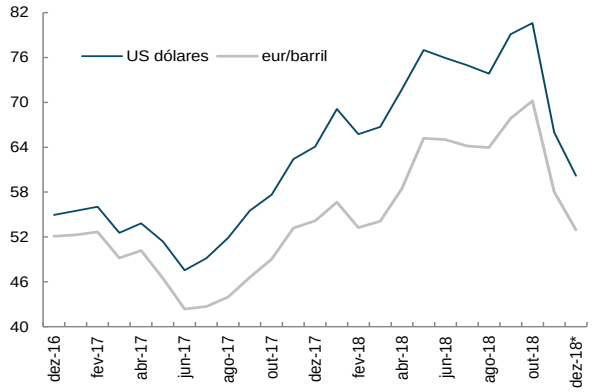


Fonte: Banco de Portugal. Para dezembro, o valor é do dia 19.

Apesar de uma ligeira apreciação do euro face ao dólar em finais de 2018, assistiu-se ao longo do ano, a um movimento de depreciação, refletindo, em parte, o efeito de políticas monetárias divergentes entre a área do euro e os EUA; algum enfraquecimento económico da área do euro e, também da elevada incerteza quanto ao desfecho do *Brexit*. Assim, no dia 19 de dezembro de 2018, o euro situava-se em 1,14 dólares, representando uma depreciação de quase 5% face ao final de 2017 (1,20).

Em novembro de 2018, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 56 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Figura 1.12. Preço médio *Spot* do Petróleo *Brent*
(Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 19.

A 7 de dezembro de 2018, a OPEP e os seus parceiros (Rússia, México e outros) acordaram um corte na produção de petróleo de 1,2 milhões de barris diários, a partir de janeiro de 2019, com uma duração inicial de 6 meses.

Entretanto, em dezembro de 2018, e até dia 19, o preço do petróleo *Brent* continuou a evoluir no sentido descendente, para se situar, em média, em 60 USD/bbl (53 €/bbl), resultando, em parte, do aumento de reservas de petróleo nos EUA e das dúvidas em torno do impacto do corte de produção da OPEP acima referido.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,32	-0,32	-0,32	-0,32	-0,32	-0,32
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,33	2,24	2,37	2,76	2,92	2,93	2,89	3,00	3,15	3,12
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,17	1,12	0,99	1,16	1,22	1,30	1,37	1,32	1,56	1,41
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,199	1,181	1,199	1,232	1,166	1,158	1,165	1,158	1,132	1,136
Dow Jones*	VC	Yahoo	25,1	4,9	10,3	-2,5	0,7	9,0	2,2	1,9	-5,1	1,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,5	4,4	-2,5	-4,1	1,0	0,1	-3,8	0,2	-5,9	-0,8
Spot do Petróleo *Brent* em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	54,79	52,19	61,38	67,19	74,90	75,98	73,85	79,11	80,61	65,98
Spot do Petróleo *Brent* em USD/bbl**	VH	"	21,6	11,11	19,97	22,85	47,09	45,60	42,3	42,5	39,8	5,7
Spot do Petróleo *Brent* em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	19,2	5,6	9,8	6,4	35,7	47,1	45,5	45,6	43,1	9,2
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	42,0	38,4	45,6	48,8	54,1	56,7	54,7	57,1	63,7	56,0

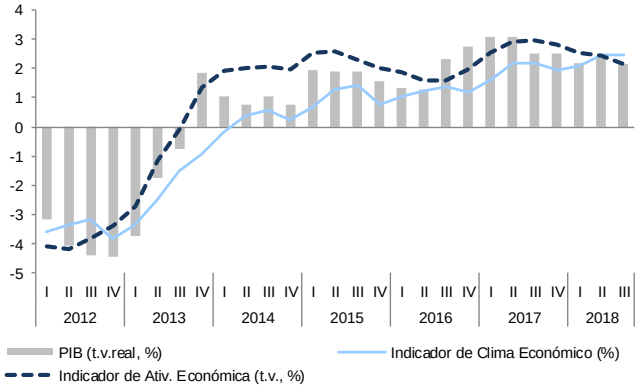
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE referentes ao trimestre terminado em novembro, o indicador de clima económico registou uma ligeira deterioração face ao trimestre precedente, contudo mantem-se próximo do valor registado em agosto de 2018 (valor mais elevado desde o 1.º semestre de 2002).

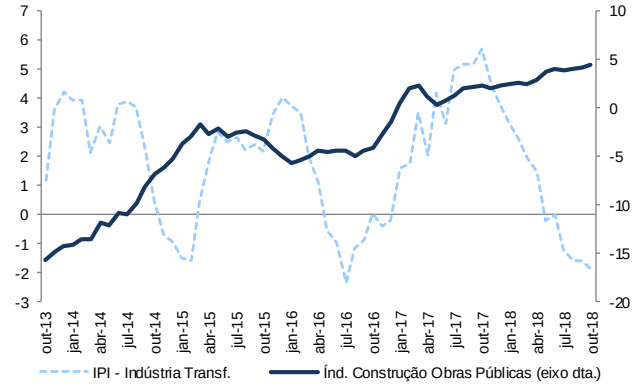
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No trimestre terminado em outubro de 2018, o indicador de atividade económica do INE registou uma variação homóloga de 2,1% (2,2% no 3.º trimestre).

Figura 2.2. Índices de Produção
(VH, MM3)



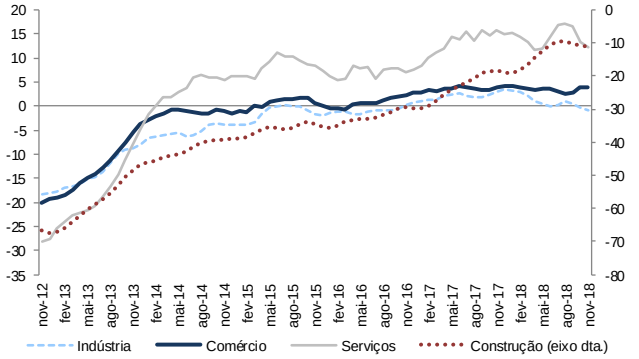
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado no mês de outubro, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou um decréscimo de 1,9%, contrariamente ao índice de volume de negócios que aumentou, acelerando para 5,2% (3,8% no 3.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou um crescimento de 4,5%, acelerando 0,3 p.p. quando comparado com o trimestre terminado em setembro;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma variação positiva de 5,1%, valor inferior em 0,5 p.p. face ao 3.º trimestre de 2018;
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho aumentou 3,4% (valor superior em 1 p.p. face ao trimestre terminado no mês precedente).

No trimestre terminado em novembro, assistiu-se a uma melhoria do indicador de confiança relativo ao comércio, em contraste com os indicadores da indústria, construção e serviços que registaram uma evolução negativa.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE

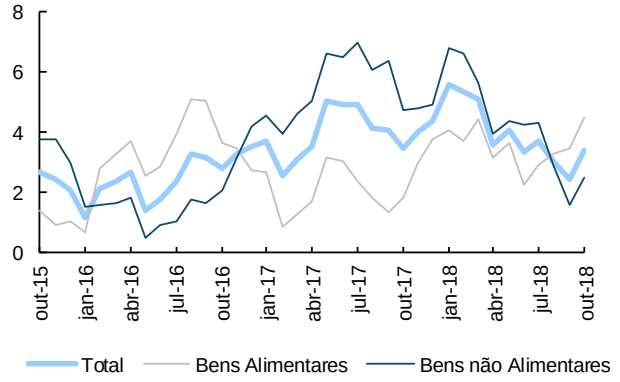
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	2,8	2,5	2,5	2,2	2,4	2,1	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	2,0	2,2	1,9	2,1	2,5	2,4	2,5	2,5	2,4	2,4	2,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	2,3	1,8	3,5	2,1	0,0	0,4	0,9	1,6	-1,2	-1,1	-0,7
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	3,7	3,4	4,2	3,5	3,5	2,8	1,9	2,6	3,9	4,8	2,7
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	13,8	15,6	14,8	13,2	14,4	16,5	18,3	14,5	16,7	8,6	11,7
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-22,2	-19,2	-19,0	-16,5	-10,7	-10,3	-9,4	-9,9	-11,6	-11,2	-10,3
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,9	5,2	3,8	1,9	0,0	-1,6	-0,9	-3,1	-0,7	-1,7	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,3	8,7	1,9	-2,1	2,0	3,8	1,7	4,8	5,0	5,8	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	6,7	7,2	5,7	5,5	6,6	5,6	6,3	5,6	5,0	4,8	:

Consumo Privado

No trimestre terminado em outubro, o índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho acelerou aproximadamente 1 p.p. face ao terceiro trimestre, registando um crescimento médio homólogo de 3,4%. A componente alimentar deste índice cresceu 4,5% (+1 p.p. do que no terceiro trimestre), enquanto a componente não alimentar registou uma aceleração de 0,9 p.p., crescendo 2,5%.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)

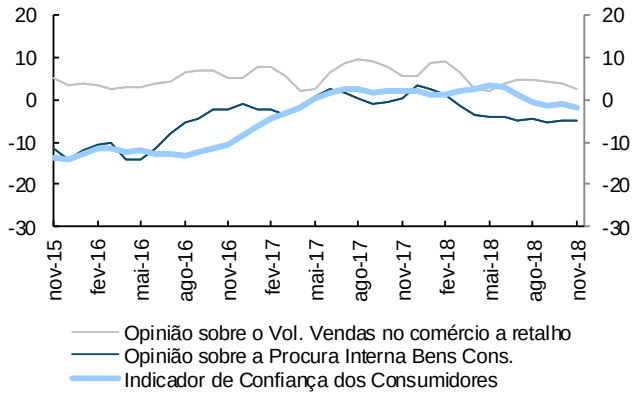


Fonte: INE.

No trimestre terminado em novembro, e quando comparado com terceiro trimestre do ano, o indicador de confiança dos consumidores piorou ligeiramente. No mesmo sentido evoluiu a opinião dos consumidores relativamente à oportunidade de aquisição de bens duradouros.

Já os indicadores qualitativos de opinião dos empresários registaram uma evolução mista: o indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo melhorou, enquanto o indicador de opinião do volume de vendas no comércio a retalho revelou uma ligeira descida.

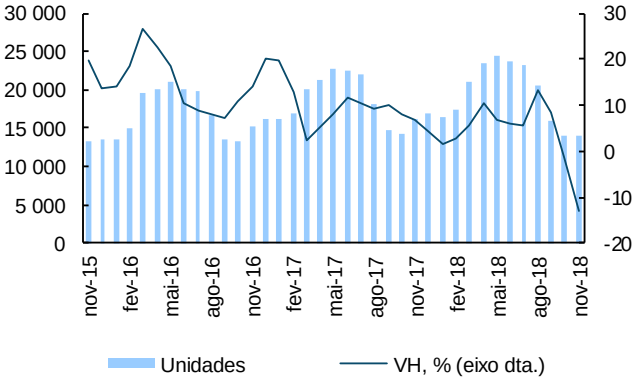
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de novembro, as vendas de veículos ligeiros de passageiros ascenderam às 15 466 unidades, mais 1 510 unidades do que em outubro. Em termos acumulados, foram vendidos 212 099 veículos nos onze primeiros meses do ano, mais 3,4% do que em igual período de 2017.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,3	2,7	2,2	2,2	2,7	2,3	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	0,5	1,5	2,3	2,0	2,8	-1,4	-1,4	-1,3	-1,5	-0,4	-3,4
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	6,5	8,9	5,4	6,5	3,9	4,4	5,2	4,4	3,5	3,2	0,3
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	4,1	4,1	4,4	5,1	3,4	2,4	2,2	3,9	1,1	5,2	:
Bens Alimentares	VH	"	2,3	1,3	3,8	4,4	2,2	3,5	1,5	6,2	2,6	4,7	:
Bens não alimentares	VH	"	5,6	6,4	4,9	5,6	4,3	1,6	2,8	2,0	-0,1	5,6	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	7,1	10,1	4,5	5,6	6,0	8,5	13,7	28,7	-14,0	-12,2	-12,3
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	7,2	5,3	6,6	2,6	5,4	2,6	6,5	3,0	-1,5	9,2	:

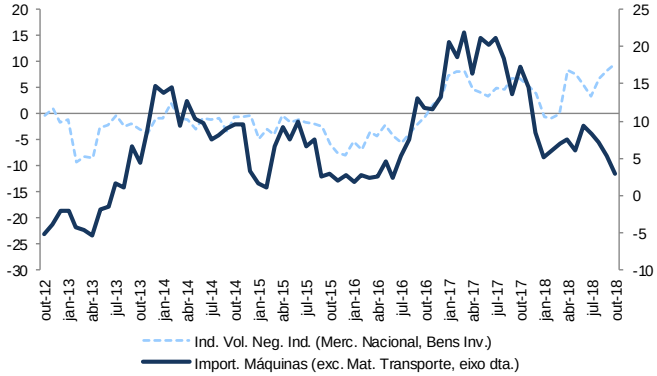
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento relativos ao trimestre terminado em novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 4,3%, valor inferior em 3,1 p.p. face ao trimestre terminado em outubro, acompanhadas pela variação de 5% na venda de veículos comerciais pesados (desaceleração de 6,4 p.p. face ao trimestre terminado no mês precedente);
- as vendas de cimento registaram uma variação de 2,5% (-0,3 p.p. quando comparado com a média dos três meses anteriores).

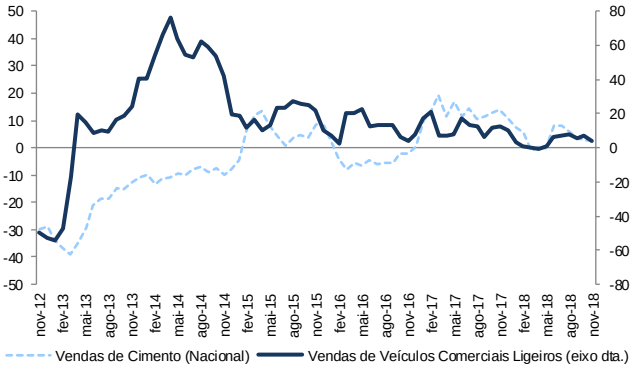
Figura 2.7. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE

No trimestre terminado em outubro, o indicador de investimento do INE em máquinas e equipamentos assistiu a um aumento de 3,7% relativamente ao período homólogo (-0,3 p.p. que a variação homóloga do 3.º trimestre de 2018).

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Outros dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em outubro, mostram que, em termos homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um aumento de 9,8% (8,3% no 3.º trimestre de 2018);
- a importação de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceram 3%, em termos nominais (-2,3 p.p. face ao trimestre terminado em setembro);
- as licenças de construção de fogos aumentaram 34,5%, acelerando 3 p.p. em relação ao 3.º trimestre de 2018.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

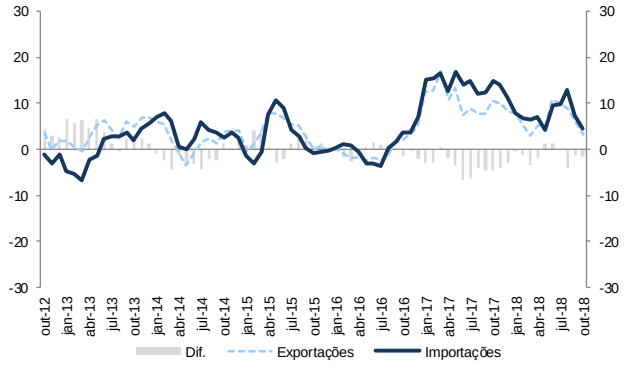
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	9,2	11,5	6,9	6,1	4,4	4,4	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	9,2	9,3	6,1	4,3	4,1	4,5	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	1,2	9,9	6,4	4,6	4,2	3,6	5,0	3,8	3,6	2,7	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-1,1	11,7	11,0	-1,1	8,0	3,5	11,1	0,8	-1,7	8,9	0,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	2,9	6,3	10,2	-0,2	6,3	5,4	-2,9	16,1	4,8	3,0	5,0
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	4,9	39,6	6,3	-0,8	3,7	-2,0	-25,0	1,8	17,4	13,2	-13,5
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-8,5	9,7	2,8	4,9	4,4	3,5	3,2	11,2	-3,9	1,9	17,7
Licenças de Construção de fogos	VH	"	14,6	22,7	17,5	31,6	46,2	31,5	50,3	54,8	-0,2	56,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	0,6	13,7	8,5	6,9	9,4	5,3	11,4	3,0	1,3	4,6	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-1,1	6,8	4,0	0,0	5,8	8,3	8,1	10,7	6,1	12,7	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em termos homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em outubro, apontam para um aumento de 4,5% das importações, superior ao crescimento das exportações de 3,1% (7,2% e 6% no 3.º trimestre, respetivamente).

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



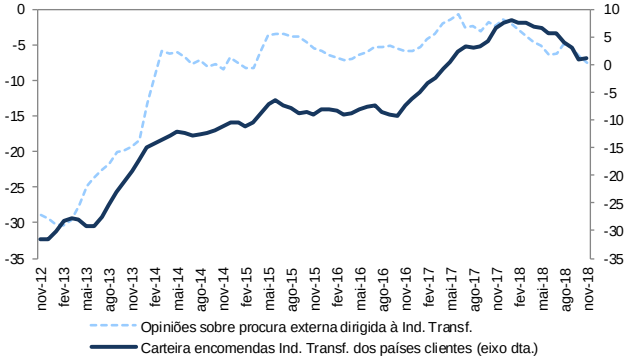
Fonte: INE.

Desagregando por componentes, para o trimestre terminado em outubro, em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações diminuiu 4,5% (-4,2 p.p. face ao registado no 3.º trimestre). As exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 6%, valor inferior aos 8,2% registados no trimestre terminado no mês precedente;
- as importações de bens, no mercado intracomunitário registaram um crescimento de 3% enquanto no mercado extracomunitário o aumento foi de 9,2%, desacelerando face ao trimestre terminado em setembro (-0,3 p.p. e -10,3 p.p. respetivamente);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se, nessa altura, em 75,4% (77,1% no final do trimestre concluído em setembro de 2018).

No trimestre terminado em novembro, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos favoráveis quando comparadas com o trimestre terminado em outubro.

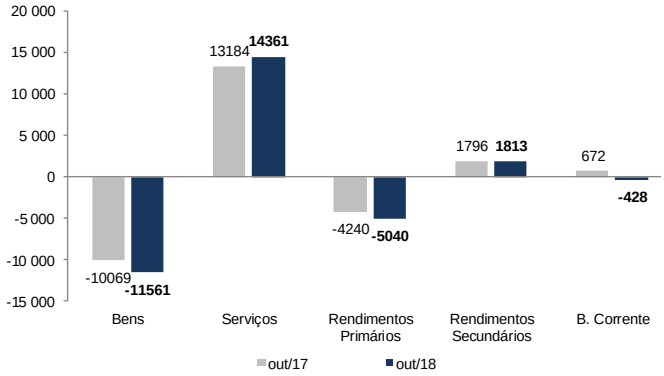
Figura 2.10. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em outubro de 2018, o défice acumulado da balança corrente foi de 428 milhões de euros, o que representa uma redução do saldo em 1099 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma redução dos saldos da balança de bens e da balança de rendimentos primários que não é suficientemente compensada pela melhoria dos saldos das balanças de serviços e de rendimentos secundários (-2293 milhões face a 1194 milhões de euros, respetivamente).

Figura 2.11. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 1176 milhões de euros (um saldo inferior ao excedente de 2111 milhões de euros registado no mesmo período de 2017).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	out
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,8	6,2	7,2	4,9	7,1	3,1	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	8,1	8,7	7,2	5,6	7,5	3,5	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	%PIB	"	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	:	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	%PIB	"	1,1	1,1	1,1	1,1	0,7	:	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	10,0	7,7	8,3	3,1	10,8	6,0	9,3	14,0	2,3	1,0	5,9
Entradas de Bens	VH nom	"	13,5	12,4	11,2	6,6	9,5	7,2	17,2	13,2	8,2	0,4	5,3

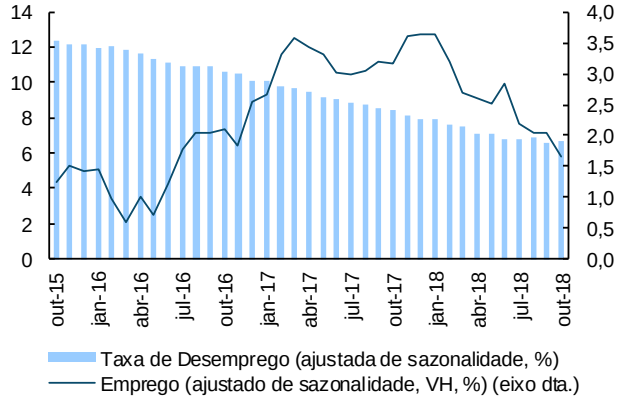
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2017	2018	Dif.
				3T	4T	1T	2T	3T	jan-out	jan-out	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10^6 euros	BdP	2 699	2412	1123	-78	-1600	2140	2111	1176	-935
Saldo Balança de Bens	"	"	-12 108	-3151	-3446	-3075	-3498	-3554	-10069	-11561	-1492
Saldo Balança de Serviços	"	"	15 619	5581	3943	2563	4195	5995	13184	14361	1177
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 859	-1136	-562	-379	-3233	-1594	-4240	-5040	-800
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	2 226	625	600	483	533	641	1796	1813	17

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de estatística apontam para que a taxa de desemprego no mês de outubro de 2018 se tenha situado em 6,7%, menos 1,7 p.p. do que um ano antes. Tal evolução resulta de um aumento homólogo do emprego de 1,7% (-0,4 p.p. do que setembro), enquanto o desemprego caiu 20,2%.

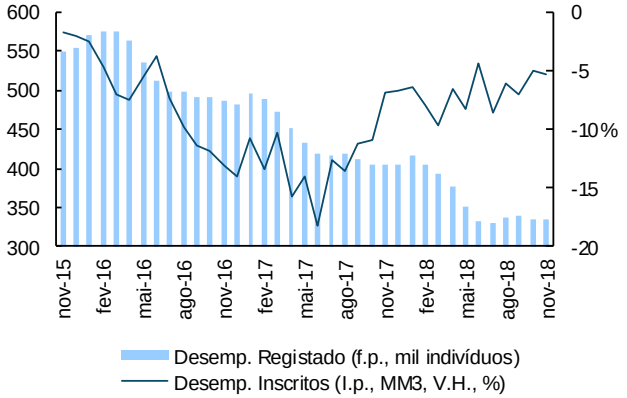
Figura 2.12. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

Já os dados do IEFP indicam que, no final de novembro, encontravam-se inscritas nos centros de emprego cerca de 335 mil pessoas, o que afigura uma quebra de 17,2% face ao período homólogo. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 53,8 mil pedidos, uma redução homóloga de 5,4%.

Figura 2.13. Desemprego

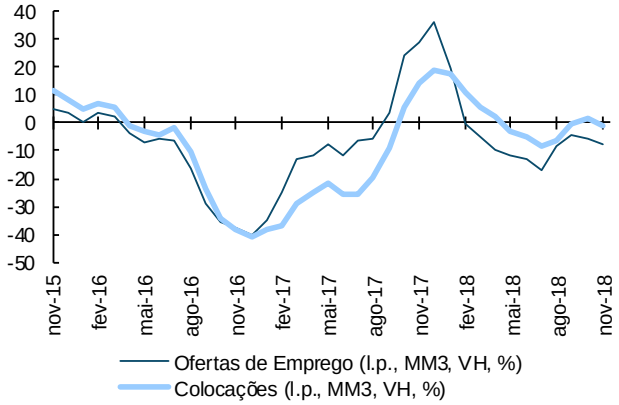


Fonte: IEFP.

Também em novembro, o número de ofertas de emprego fixou-se nas cerca de 9,4 mil, menos 8,1% do que em igual período do ano anterior; enquanto as colocações contraíram 8,3%, para cerca de 6,8 mil.

Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações

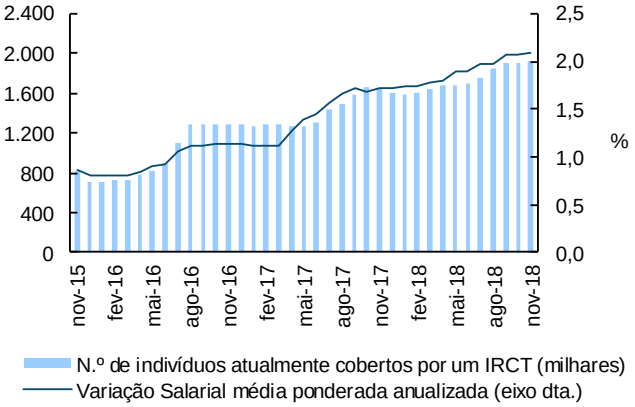
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de novembro, é estimado que cerca de 1,917 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de cerca de 16,3% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas ficou próximo dos 2,1%, mantendo o valor registado em outubro.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MTSSS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

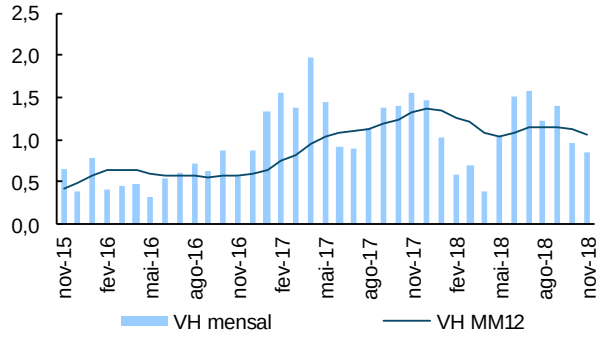
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017		2018			2018				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Taxa de Desemprego*	%	INE	8,9	8,5	8,1	7,9	6,7	6,7	6,8	6,9	6,6	6,7	:
Emprego Total*	VH	"	3,3	3,0	3,5	3,2	2,4	2,1	2,2	2,0	2,1	1,7	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-16,3	-16,3	-16,3	-16,6	-20,5	-17,5	-20,6	-19,1	-17,5	-17,4	-17,2
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-11,5	-11,2	-6,8	-9,7	-4,4	-7,0	-8,0	-4,1	-8,5	-1,9	-5,4
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-1,5	3,7	36,0	-4,8	-13,2	-4,6	-14,0	-0,3	0,6	-14,8	-8,1
Contratação Coletiva	VH	MTSSS	1,7	1,7	1,7	1,8	1,9	2,1	2,0	2,0	2,1	2,1	2,1
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	2,1	-1,2	4,1	-1,4	1,1	1,5	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,7	2,0	1,8	2,3	2,5	2,7	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inqúerito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Admnistração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em novembro, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) cresceu, em termos homólogos, 0,9%, desacelerando 0,1 p.p. face a outubro. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC cresceu 1,1%, mantendo-se inalterado quando comparado com outubro.

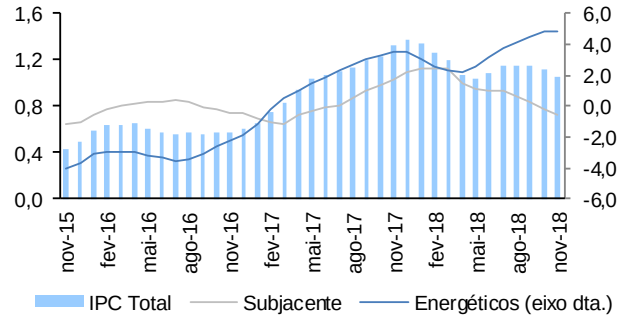
Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

Esta dinâmica resulta de uma desaceleração do IPC dos Bens (-0,4 p.p.) para 0,4%, parcialmente compensada por uma aceleração (0,2 p.p.) do IPC dos Serviços, que cresceu 1,5%. Já o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados (IPC subjacente) aumentou 0,5%, mais 0,1 p.p. do que em outubro. Esta evolução revela uma desaceleração da componente energética, compensada, em parte, por um aumento mais expressivo da componente alimentar não transformada.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



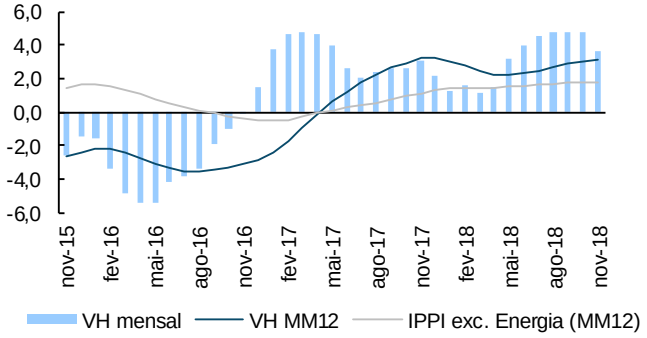
Fonte: INE.

As classes mais dinâmicas do IPC foram a classe dos Transportes e a da Habitação, com um crescimento de 3,1% e 2,7%, respetivamente. Já o Vestuário (-3,6%) e o Lazer (-0,8%) foram categorias que registaram o comportamento menos expressivo.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 0,9% (+0,1 p.p. do que outubro), enquanto a zona euro apresentou uma variação de 1,9% (2,2% um mês antes), levando a que o diferencial entre as duas se fixasse em -1 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) cresceu, em termos homólogos, 3,6% no mês de novembro, desacelerando 1,2 p.p. face a outubro.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais para as quais há dados, a Indústria transformadora foi a que apresentou um maior crescimento (3,9%), seguido da indústria de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (3%).

Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, o agrupamento de Energia foi o que teve a maior subida, 10,7%, enquanto os Bens de Investimento registaram uma evolução nula. Com efeito, excluindo o efeito da Energia, o IPPI teria crescido 1,8% em novembro, menos 0,2 p.p. do que em outubro.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

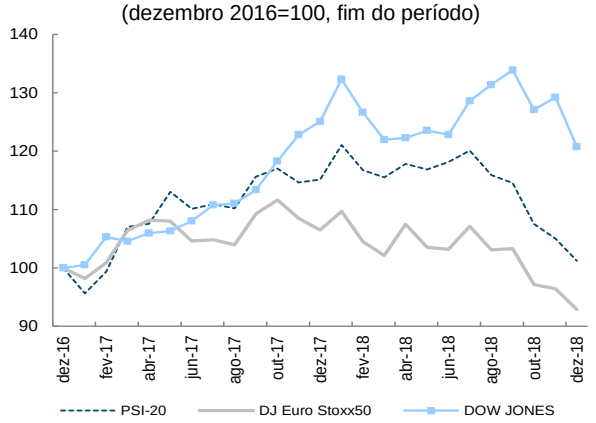
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2018								
				mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	1,9	0,7	0,4	0,1	-0,6	-0,3	1,1	-0,1	-0,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	1,4	0,7	0,4	1,0	1,5	1,6	1,2	1,4	1,0	0,9
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,2	1,1	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,1	1,1
IPC - Bens	VH	"	0,9	-0,2	0,3	0,6	1,3	1,1	1,0	0,9	0,8	0,4
IPC - Serviços	"	"	2,1	2,1	0,6	1,7	1,9	2,3	1,6	2,2	1,3	1,5
IPC Subjacente*	"	"	1,1	0,8	0,2	0,6	1,0	1,0	0,6	0,9	0,4	0,5
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	3,3	1,2	1,5	3,2	4,0	4,5	4,8	4,8	4,8	3,6
IHPC	"	"	1,6	0,8	0,3	1,4	2,0	2,2	1,3	1,8	0,8	0,9
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,1	-0,5	-1,0	-0,5	0,0	0,1	-0,7	-0,3	-1,4	-1,0

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

A partir do 2.º semestre de 2018, os índices bolsistas internacionais evoluíram negativamente, traduzindo, em parte, a perspetiva de um abrandamento da economia e do comércio mundiais para 2019, traduzindo o prosseguimento de tensões comerciais entre os EUA e a China; a expectativa de condições financeiras mais restritivas; uma elevada incerteza política na União Europeia, decorrente, em parte, do desconhecimento do desfecho do *Brexit*. Assim, a 19 de dezembro de 2018 e, face ao final do ano de 2017, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* caíram cerca de 13% e 3,5%, respetivamente.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2016=100, fim do período)

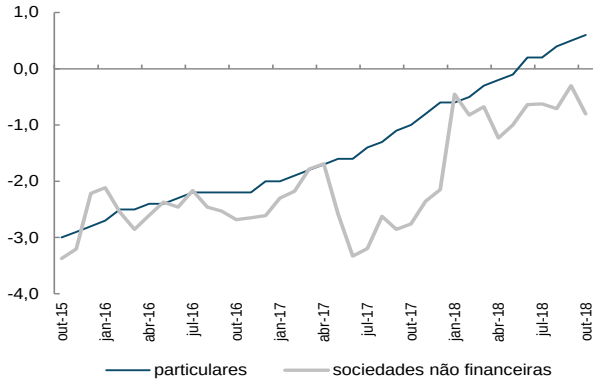


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para dezembro, o valor é do dia 19.

À semelhança do mau desempenho da área do euro, o índice PSI-20 também se desvalorizou no 2.º semestre de 2018. Com efeito, a 19 de dezembro, o índice diminuiu 12% face ao final do ano de 2017, invertendo a recuperação registada nesse ano.

Em outubro de 2018, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de 0,1% (0,2% no mês precedente). Este abrandamento deveu-se à deterioração do crédito atribuído às empresas não financeiras.

Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

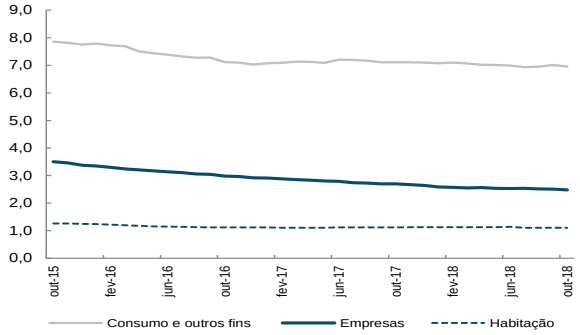


Fonte: Banco de Portugal.

Para os particulares, os empréstimos melhoraram, em resultado sobretudo do aumento do crédito ao consumo, o qual se tornou mais robusto, regressando aos valores registados de há 10 anos. Entretanto, o crédito à habitação manteve-se inalterado.

Em outubro de 2018, as taxas de juro do crédito diminuíram tanto para as empresas como para as famílias, tendo, porém, sido mais acentuado para o primeiro caso, para 2,48% (2,70% em outubro de 2017). Para os particulares, é de registar uma descida da taxa de juro para o crédito ao consumo e outros fins; mantendo-se inalterado para a habitação.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2018								
				mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	1,9	1,6	1,7	1,9	1,8	1,7	1,9	1,9	1,9	1,8
Yield OT 10 – *Spread* Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	149	110	110	156	148	130	154	141	149	152
PSI 20*	VC	CMVM	15,2	-1,0	2,0	-0,8	1,1	1,7	-3,5	-1,2	-6,1	-2,3
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,7	-1,5	-1,4	-1,3	-1,1	-1,0	-0,9	-0,8	-0,8	:
- para consumo	va**	"	9,8	10,9	10,6	11,2	11,3	11,2	11,4	11,1	12,0	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,1	-0,7	-1,2	-1,0	-0,6	-0,6	-0,7	-0,3	-0,8	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,13	1,13	1,13	1,13	1,14	1,11	1,11	1,11	1,11	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,65	2,55	2,57	2,54	2,53	2,54	2,52	2,51	2,48	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas

No final de novembro, o sector das Administrações Públicas registou um saldo global deficitário de 624 milhões de euros[1], manifestando uma melhoria de 1.425 milhões de euros relativamente ao período homólogo. Para tal, contribuiu o aumento de 5,4%[2] observado na receita efetiva, o qual permitiu compensar o crescimento da despesa efetiva (3,3%). O acréscimo da receita resulta, sobretudo, da evolução da Receita Fiscal (5,3%, bem como da evolução das Contribuições da Segurança Social (5,2%). O comportamento da despesa tem subjacente a Aquisição de Bens e Serviços (8,5%) - que reflete um montante elevado de pagamentos de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde - e das Transferências Correntes (2,5%) que incluem encargos tais como pensões e prestações sociais, assim como a contribuição financeira de Portugal para o orçamento da União Europeia. Excluindo os encargos com juros, a conta consolidada das Administrações Públicas apresentou um excedente primário de 7.375 milhões de euros (aumento de 1.540 milhões de euros face ao ano anterior).

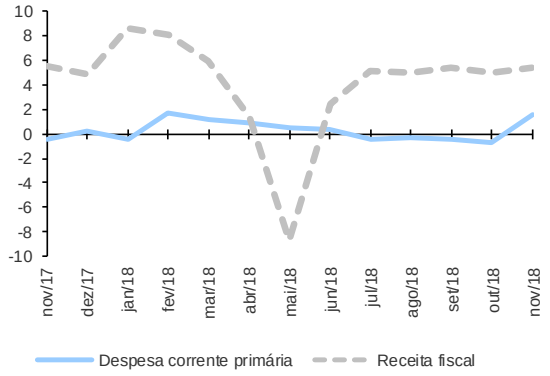
Por sectores, a Administração Central apresentou um saldo negativo de 3.283 milhões de euros, enquanto a Administração Local e Regional apresentou um saldo excedentário em 382 milhões de euros (contributos de 416 e -35 milhões de euros, respectivamente). A Segurança Social obteve um saldo de 2.277 milhões de euros.

Estado

Até ao final do mês de novembro, o Estado apresentou um saldo negativo de 3.283 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 1.399 milhões de euros em termos homólogos. A evolução do saldo global assentou na combinação de aumentos de 5,6% e 2% na receita e despesa total efetiva, respectivamente.

Adicionalmente, o saldo primário registou um excedente de 3.704 milhões de euros, valor que compara com o saldo positivo de 2.312 milhões de euros de novembro de 2017.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)

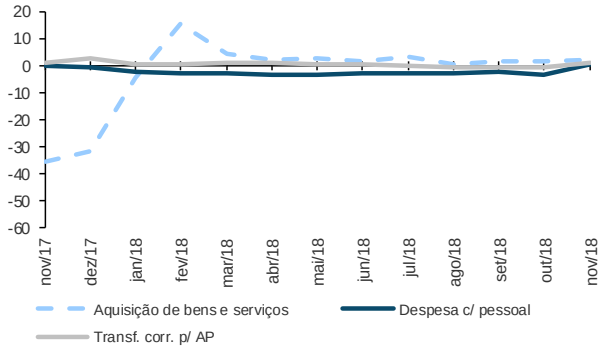


Fonte: DGO.

O crescimento da receita foi impulsionado, essencialmente, pelo aumento de 5,4% na Receita Fiscal, dos quais, 2,6 p.p. provenientes de Impostos Diretos (crescimento de 6,3%) e 2,7 p.p. de Impostos Indiretos (4,7%). Neste contexto, o IVA apresentou um crescimento homólogo de 5,6%, o IRS de 4,3%, e o IRC um aumento de 11,3% (variação superior à contração de 1,9% implícita no OE2018).

Quanto à despesa efetiva, a Despesa Corrente apresentou um crescimento de 1,4% essencialmente resultante do aumento de 1,9% em Transferências Correntes. Destas, destacam-se os aumentos de 5,4% para a Administração Central (contrastando com os -4,4% para outros subsectores das AP), e 12,4% para a União Europeia. Ainda de frisar o aumento de 2% em Aquisição de Bens e Serviços (devido ao reforço do capital do SNS para pagamento de dívida não financeira). Nas Despesas de Capital (aumento de 24,4%), verificou-se um crescimento de 46,6% em Transferências de Capital para a Administração Central.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2017	2018	2017	2018	2018			
	jan a nov		jan a nov		ago	set	out	nov
	10^6 euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	**40 790**	**43 084**	**89,0**	**91,8**	**5,1**	**5,5**	**5,3**	**5,6**
Receita corrente	40 714	43 020	89,2	91,9	5,2	5,5	5,4	5,7
Impostos diretos	15 758	16 759	86,6	91,8	6,6	6,8	6,5	6,3
Impostos indiretos	22 047	23 073	94,8	92,9	3,9	4,3	4,0	4,7
Despesa Efetiva	**45 472**	**46 367**	**86,8**	**88,4**	**0,3**	**0,3**	**0,0**	**2,0**
Despesa corrente primária	37 263	37 869	89,0	91,9	6,6	4,3	0,0	1,6
Despesa corrente	44 256	44 855	88,2	89,3	0,2	-0,1	-0,4	1,4
Despesa com pessoal	8 597	8 620	96,7	94,1	-3,0	-2,5	-3,2	0,3
Aquisição bens e serviços	801	817	38,3	52,6	0,6	1,3	1,8	2,0
Subsídios	63	72	60,2	58,4	48,8	14,6	-18,2	14,2
Juros	6 993	6 987	92,7	96,1	2,2	1,9	0,9	-0,1
Transferências corr. p/ AP	25 270	25 572	90,4	91,2	-0,4	-0,7	-0,8	1,2
Saldo Global	**-4 682**	**-3 283**	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	**2 312**	**3 704**	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

[1] Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.
[2] Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, até ao final de novembro, um saldo relativamente equilibrado (-0,2 milhões de euros), o que representa uma deterioração de 315 milhões de euros face ao ano anterior. Não obstante o aumento da receita efetiva de 4,8%, o acréscimo da despesa efetiva (6%) conduziu a uma diminuição no saldo em termos homólogos.

O acréscimo da receita efetiva resultou, maioritariamente, dos aumentos das Transferências correntes e de capital da Administração Central (respetivamente 5,5% e 46,7%). Ainda, as Taxas, multas e outras penalidades apresentaram um crescimento de 12,4%[1] – devido às propinas no Ensino Superior e portagens contabilizadas pela Infraestruturas de Portugal S.A. - e as Outras Receitas Correntes um aumento de 3,6% – justificado, sobretudo, por vendas do Fundo Ambiental.

Relativamente ao aumento da despesa efetiva, observou-se um crescimento de 12,9% em Aquisição de bens e serviços, 3,8% em Transferências Correntes e um aumento de 11,9% em Investimento justificado pelo Plano de Investimento em infraestruturas "Ferrovia 2020". Em sentido oposto, os Subsídios reduziram-se em 18% devido à diminuição dos apoios concedidos pelo IEFP. Por outro lado, a despesa com Juros e outros encargos aumentou 6,9%.[2]

Excluindo as EPR, o saldo foi positivo em 1.290 milhões de euros (1.210 milhões de euros até novembro de 2017).

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O saldo negativo de 582 milhões de euros registado na execução orçamental do SNS (execução financeira) representa um agravamento homólogo de 159 milhões de euros.

Tal comportamento reflete um aumento da receita efetiva de 4,1%, justificado pelo aumento das Transferências Correntes (4,4%), insuficiente para compensar o crescimento de 5,7% da despesa efetiva. Para a evolução da despesa, destaca-se a Despesa com Pessoal com um acréscimo de 6% e a Despesa com fornecimento e serviços externos, designadamente com produtos farmacêuticos (4,5%), produtos vendidos em farmácias (4,3%) e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (5,8%). De referir que a despesa com Parcerias público-privadas apresentou um aumento de 0,9%.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA apresentou até novembro um saldo de -22 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 37 milhões de euros face ao período homólogo.

Esta evolução reflete um aumento da receita efetiva (2,5%), superior ao acréscimo registado na despesa efetiva (2,1%). Para a evolução da receita efetiva concorreu o aumento das Transferências Correntes do OE em 8,2% que mais do que compensou a perda de receita com Contribuições para a CGA (-1,7%). Do lado da despesa efetiva, destaque para o aumento de 1,7% da Despesa em Pensões e Abonos da Responsabilidade da CGA[3].

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				*dos quais:* Empresas Públicas Reclassificadas			
	2017	2018			2017	2018		
	jan a nov				jan a nov			
	10^6 euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10^6 euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	26 839	28 125	86,5	4,8	7 781	8 514	86,0	9,4
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 574	3 513	90,4	-1,7	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	15 718	16 530	89,4	5,2	714	834	85,7	16,8
Despesa Efetiva	26 524	28 126	87,0	6,0	8 676	9 804	87,7	13,0
Despesa com pessoal	6 291	6 498	91,0	3,3	3 508	3 676	93,6	4,8
Aquisição de bens e serviços	6 315	7 130	90,6	12,9	2 526	3 274	97,2	29,6
Transferências correntes	10 345	10 736	92,3	3,8	68	75	95,7	10,9
Saldo Global	315	0	-	-	- 895	-1290	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2017	2018				2017	2018		
	jan a nov					jan a nov			
	10^6 euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10^6 euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	8 204	8 539	4,1	88,4	Receita Efetiva	8 928	9 155	2,5	92,3
Receita fiscal	114	120	4,8	108,9	Contribuições p/ a CGA	3 568	3 507	-1,7	90,3
Outra receita corrente	8 064	8 398	4,1	88,9	Quotas e contribuições	3 473	3 409	-1,8	90,3
Receita de capital	26	21	-18,1	19,5	Transferências correntes do OE	4 572	4 948	8,2	94,7
Despesa Efetiva	8 627	9 121	5,7	92,1	Comparticipação do OE	4 329	4 663	7,7	94,8
Despesa com pessoal	3 500	3 710	6,0	92,2	Compensação por pagamento de pensões	243	285	17,2	91,9
Aquisição de bens e serviços	4 964	5 216	5,1	92,9	Despesa Efetiva	8 987	9 177	2,1	92,2
Despesa de capital	73	98	34,0	64,7	Pensões	8 817	8 999	2,1	92,4
Saldo Global	- 423	- 582	-	-	Saldo Global	- 59	- 22	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

[1] Reflete, em parte, a alteração do critério da receita da taxa de incidência sobre os seguros efetuada pelo INEM, que em 2017 foi considerada como imposto indireto.

[2] O aumento da despesa com juros e outros encargos financeiros dos SFA (incluindo EPR) resultou, sobretudo, do pagamento realizado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. no âmbito de processos judiciais relativos a contratos *swap*.

[3] O subsídio de natal aos funcionários públicos e pensionistas no âmbito da CGA foi pago na totalidade em novembro, pelo que o efeito derivado do diferente padrão intra-anual no pagamento das remunerações e pensões foi anulado na sua maioria em novembro.

Segurança Social

Até novembro, o saldo global da Segurança Social cifrou-se em 2.277 milhões de euros (2.033 milhões de euros em igual período de 2017), o que representa uma melhoria de 244 milhões de euros em termos homólogos.

Para esta evolução contribuiu um crescimento da receita efetiva (2,7%), com um grau de execução de 87%, superior ao acréscimo da despesa efetiva (1,8%), que exibiu um grau de execução de 81,6%.

O aumento da receita resulta, sobretudo, do aumento da receita com Contribuições e Quotizações (7%) que apresentou uma variação superior à implícita no OE/2019 para o ano como um todo (5,8%) e da evolução das Transferências do Exterior (21,6%). Em sentido contrário, registou-se uma redução das Transferências Correntes da Administração Central (excluindo o regime substitutivo bancário) de 6,7%. O comportamento da receita com Contribuições e Quotizações resulta, em parte, da melhoria da atividade económica, bem como o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida. Por outro lado, a redução das Transferências Correntes da Administração Central deve-se, essencialmente, à eliminação em 2018 da transferência extraordinária do OE para compensação do défice do sistema previdencial de Segurança Social[1].

Relativamente à evolução da despesa, é de referir o aumento das Prestações Sociais excluindo pensões no valor de 6,9%, do qual se destaca a Prestação Social para a Inclusão no valor de 234 milhões de euros[2], o aumento das Prestações de Parentalidade em 10,4%; o acréscimo do Subsídio Familiar a Crianças e Jovens em 6,4%, e o Subsídio e Complemento de Doença com um aumento de 10,1%. Por outro lado, verificou-se uma redução de 6,3% com Prestações de Desemprego, em face da melhoria do mercado laboral. Por último, observou-se uma diminuição de 0,7% da despesa com Pensões e Complementos, apesar da atualização extraordinária das pensões (+172 milhões de euros) devido, em parte, ao diferente padrão intra-anual de pagamento do subsídio de Natal.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)

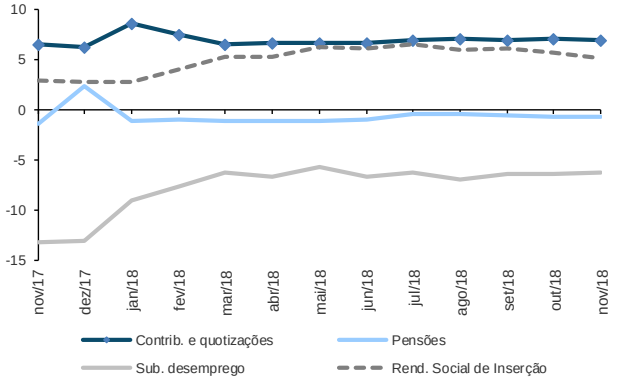
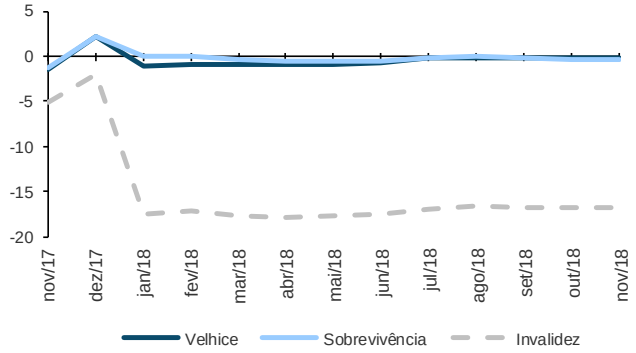


Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2017	2018		
	jan a nov			
	10^6 euros		VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	23 799	24 445	2,7	87,0
Contribuições e quotizações	14 057	15 045	7,0	91,1
Transferências correntes da Administração Central *	8 194	7 683	-6,2	90,1
Despesa Efetiva	21 767	22 168	1,8	81,6
Pensões	14 227	14 132	-0,7	84,6
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	440	433	-1,7	91,9
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 209	1 133	-6,3	83,8
Prestações e ação social	3 900	4 331	11,0	88,7
Saldo Global	2 033	2 277	-	-

Fonte: DGO.

[1] Em novembro de 2017 a transferência extraordinária do OE para compensação do défice do sistema previdencial de Segurança Social atingiu 394 milhões de euros.

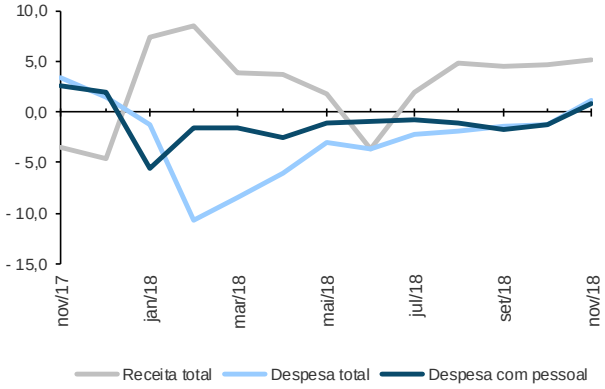
[2] Em outubro de 2018 entrou em vigor a segunda fase da PSI, o chamado "Complemento". O Complemento é atribuído à pessoa com direito à Componente Base que esteja em situação de carência ou insuficiência económica. A PSI vem substituir o Subsídio Mensal Vitalício, a Pensão Social de Invalidez e a Pensão de Invalidez dos Regimes Transitórios dos Trabalhadores Agrícolas e Complemento Extraordinário de Solidariedade que lhes acresce.

Administração Regional

A Administração Regional atingiu no final de novembro um saldo deficitário de 35 milhões de euros, dos quais 3 milhões de euros referentes à Região Autónoma da Madeira e 32 milhões de euros à Região Autónoma dos Açores. Não obstante, observou-se uma melhoria de 86 milhões de euros face ao ano anterior.

A receita efetiva registou um crescimento de 5,1% proveniente essencialmente da Receita Fiscal que cresceu 8,6% e das Transferências do OE (4,4%). Por outro lado, a despesa efetiva apresentou um aumento de 1,1%. Apesar da redução dos encargos com Juros e Outros Encargos (-10,4%) e com a Aquisição de Bens e de Serviços (-3,9%), o aumento das Transferências de Capital (26,3%), e Despesas com o pessoal (0,8%) estiveram por detrás do aumento da despesa.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

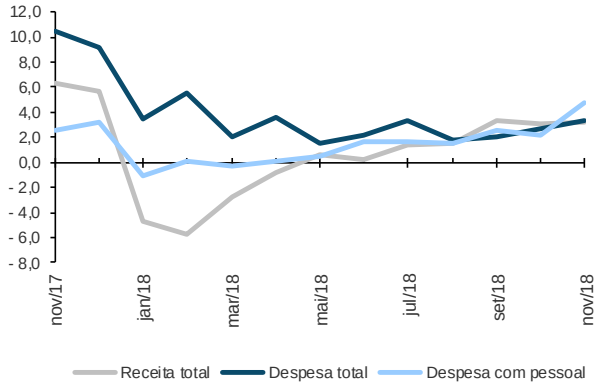
Administração Local

A Administração Local manteve a trajetória de saldos globais positivos. Até novembro, a execução orçamental apresentou um saldo global positivo de 416 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 11 milhões de euros face a igual período de 2017. Esta evolução está associada a um crescimento de 3,3% tanto na receita como na despesa efetiva.

A evolução da receita reflete o aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis (5,6%), do Imposto Municipal sobre Transmissões (16,1%) e do Imposto Único de Circulação (7,6%), bem como os crescimentos de 1,8% e 11,7% das Transferências correntes (dos quais 1,6% no âmbito da Lei das Finanças Locais[1]) e de capital, respetivamente.

Na despesa efetiva destacam-se os aumentos de 4,7% em Despesas com pessoal e 6,5% em Transferências Correntes, que contrastam com a redução da Aquisição de Bens de Capital (-1,6%). Adicionalmente, verificou-se um aumento da Outras Despesas Correntes como resultado de decisões judiciais que produziram pagamentos extraordinários por parte da Câmara Municipal de Lisboa (49,7%).

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2017	2018		2017	2018	
	jan a nov			jan a nov		
	10^6 euros		VHA (%)	10^6 euros		VHA (%)
Receita Efetiva	2 196	2 308	5,1	6 702	6 920	3,3
Impostos	1 269	1 378	8,6	2 496	2 707	8,4
Transferências correntes	470	478	1,7	2 352	2 394	1,8
Despesa Efetiva	2 316	2 343	1,1	6 297	6 504	3,3
Pessoal	956	964	0,8	2 120	2 220	4,7
Aquisição de bens e serviços	589	584	-0,9	1 906	1 906	0,0
Transferências correntes	174	181	4,0	567	604	6,5
Investimento	130	125	-3,8	1 187	1 168	-1,6
Saldo global	- 120	- 35	-	405	416	-

Fonte: DGO.

[1] Dentro da Lei das Finanças Locais, encontram-se o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação IRS.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida das Administrações Públicas (critério de Maastricht) em novembro aumentou 397 milhões de euros face ao mês anterior, fixando-se em 251.476 milhões de euros. Quando comparada com o final de 2017, a dívida das Administrações Públicas aumentou 8.275 milhões de euros (+3,6%).

Os depósitos detidos pelas AP atingiram os 26.430 milhões de euros no mês de novembro, o que representa uma diminuição de 177 milhões de euros em relação ao mês anterior e um aumento de 6.776 milhões de euros face ao final do final do ano.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 out	2018 nov
Administrações Públicas	242 804	251 079	251 476
Por subsector:			
Administração Central	247 984	:	:
Administração Regional e Local	10 348	:	:
Segurança Social	1	:	:
Consolidação entre subsectores	15 528	:	:
por memória:			
Depósitos da Administração Central	14 735	:	:
Depósitos das Administrações Públicas	19 831	26 607	26 430

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas aumentou 51 milhões de euros em novembro, face ao mês anterior, atingindo 2.100 milhões de euros. Este comportamento resultou do aumento da dívida da Administração Central (AC) em 53 milhões de euros, dado que os restantes subsectores viram a sua dívida não financeira diminuir (caso da Administração Local – AL - em 2 milhões de euros) ou estabilizar. Contudo, quando comparado com o final de 2017, registou-se um aumento de 431 milhões de euros, dos quais 355 milhões de euros no subsector da AC e 118 milhões de euros na AL. Apenas o subsector da Administração Regional registou uma redução de 42 milhões de euros.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 out	2018 nov
Administrações Públicas	1 670	2 049	2 100
Por subsector:			
Administração Central	373	675	728
Administração Regional	294	252	252
Administração Local	1 002	1 122	1 120
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas atingiram 1.172 milhões de euros no final de novembro, ou seja, um acréscimo de 52 milhões face ao mês anterior e de 98 milhões face ao final de 2017. Relativamente ao final do ano, este comportamento é explicado pelo aumento em todos os subsectores, nomeadamente nos Hospitais EPE (66 milhões de euros), na Administração Regional (15 milhões de euros), na AC excluindo saúde (12 milhões de euros) e na Administração Local (8 milhões de euros).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 out	2018 nov
Administrações Públicas	1 074	1 120	1 172
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	16	28	28
SNS	7	3	4
Hospitais EPE	837	851	903
Empresas Públicas Reclassificadas	12	12	12
Administração Regional	98	112	112
Administração Local	104	114	112
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	1	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	1	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	1 075	1 120	1 172

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em novembro, a dívida direta do Estado manteve-se estável (menos 20 milhões de euros) face ao mês anterior, fixando-se em 247.364 milhões de euros. Com efeito, o aumento do stock de Obrigações do Tesouro, em 1.220 milhões de euros, quase que compensou a redução do saldo de Bilhetes do Tesouro (890 milhões de euros), de CEDIC (279 milhões de euros) e de Certificados do Tesouro (70 milhões de euros).

Por outro lado, a dívida após cobertura cambial atingiu 246.648 milhões de euros, mais 193 milhões que no mês anterior.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/out/18	2018 nov			30/nov/18
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	152 918	2 542	2 096	- 132	153 232
da qual: Bilhetes do Tesouro	14 550	1 175	2 065	0	13 660
da qual: Obrigações Tesouro	124 075	1 367	31	- 116	125 295
Não Transacionável	38 121	1 698	2 019	0	37 800
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	28 241	428	490	0	28 178
da qual: CEDIC e CEDIM	5 707	1 211	1 474	0	5 444
Prog. de Ajustamento Económico	56 345	0	0	- 13	56 332
Total	247 384	4 239	4 114	-145	247 364

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

No dia 5 dezembro, o IGCP, E.P.E. realizou uma oferta de troca de Obrigações do Tesouro, tendo comprado:

- 1.036 milhões de euros da OT 4,8%Jun2020 a 107,71%;
- 870 milhões de euros da OT 3,85%Abr2021 a 109,39%;

e vendido:

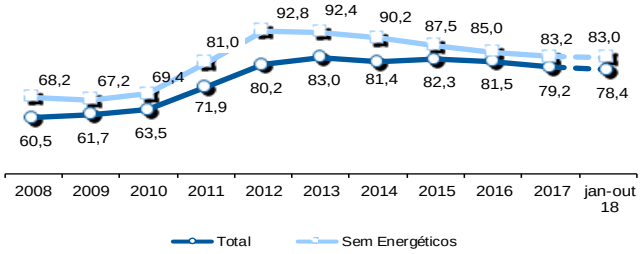
- 1.565 milhões de euros da OT 4,95%Out2023 a um preço médio de 121,11%;
- 341 milhões de euros da OT 4,125%Abr2027 a um preço médio de 119,43%.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros dez meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 6,5%, em termos homólogos, com as importações a crescerem 7,5% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 11,3%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 6,7%, em termos homólogos, e as importações 6,8% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias
(%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial
(valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a outubro			VH	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	45 765	48 752	6,5	3,1	6,5
Importações (cif)	57 822	62 169	7,5	4,5	7,2
Saldo (fob-cif)	-12 057	-13 417	11,3	9,1	10,0
Cobertura (fob/cif)	79,1	78,4	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	42 446	45 290	6,7	4,5	6,7
Importações (cif)	51 115	54 598	6,8	3,7	6,6
Saldo (fob-cif)	-8 668	-9 308	7,4	0,3	6,2
Cobertura (fob/cif)	83,0	83,0	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)	**janeiro a outubro**			**VH**	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	11 885	11 677	-1,7	-4,5	-1,9
Importações (cif)	13 860	15 321	10,5	9,2	9,2
Saldo (fob-cif)	-1 975	-3 643	84,5	86,1	89,1
Cobertura (fob/cif)	85,8	76,2	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.
Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2018, as exportações representaram 78,4% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 0,7 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, no período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações continuaram a representar 83% das importações, face ao período homólogo.

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de outubro

Valores em milhões de Euros

janeiro a outubro	2017	2018	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	45 765	48 752	6,5
Importações (cif)	57 822	62 169	7,5
Saldo (fob-cif)	- 12 057	- 13 417	11,3
Cobertura (fob/cif)	79,1	78,4	-
Intra UE			
Exportações (fob)	33 880	37 075	9,4
Importações (cif)	43 963	46 849	6,6
Saldo (fob-cif)	- 10 083	- 9 773	-3,1
Cobertura (fob/cif)	77,1	79,1	-
Extra UE			
Exportações (fob)	11 885	11 677	-1,7
Importações (cif)	13 860	15 321	10,5
Saldo (fob-cif)	- 1 975	- 3 643	84,5
Cobertura (fob/cif)	85,8	76,2	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.
Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dez meses de 2018, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 3,1% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 9,4% e as importações 6,6%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 84,5% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2017	2018	TVH	2017	2018	TVH
jan	5 375	5 977	11,2	4 328	4 775	10,3
fev	5 179	5 608	8,3	4 347	4 608	6,0
mar	6 202	6 270	1,1	5 229	4 948	-5,4
abr	5 444	6 132	12,6	4 115	4 845	17,7
mai	6 342	6 327	-0,2	4 863	5 175	6,4
jun	5 860	6 868	17,2	4 744	5 185	9,3
jul	5 800	6 568	13,2	4 665	5 319	14,0
ago	5 312	5 748	8,2	3 954	4 043	2,3
set	5 902	5 924	0,4	4 650	4 698	1,0
out	6 409	6 748	5,3	4 870	5 155	5,9
nov	6 114			5 204		
dez	5 553			4 060		
1º Trim	16 755	17 855	6,6	13 905	14 332	3,1
2º Trim	17 645	19 326	9,5	13 722	15 205	10,8
3º Trim	17 013	18 240	7,2	13 268	14 060	6,0
4º Trim	18 076			14 135		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.
Nota:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº12/2018").
[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de outubro de 2018 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2018). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.
[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros dez meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 6,5%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 6,7%.

Entre janeiro e outubro de 2018, destaca-se o contributo positivo dos produtos "Material de transp. terrestre e suas partes" (3,8 p.p.), seguido do contributo dos "Minérios e metais" (0,8 p.p.), dos "Agroalimentares" e dos "Produtos acabados diversos", ambos de (0,6 p.p.). As "Máquinas e aparelhos e suas partes" são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,3%). Seguem-se os "Material de transp. terrestre e suas partes" (13,7%), "Químicos" e 12,2%) e "Agroalimentares" (12,1%) (Quadro 3.4).

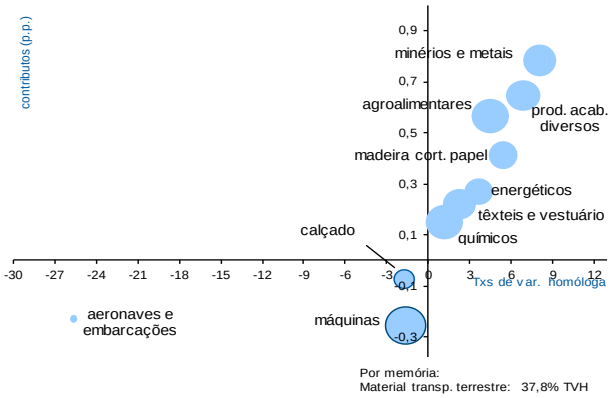
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em outubro de 2018.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (6,5%). Mais uma vez, os produtos relativos ao "Material de transp. terrestre e suas partes" foram os que mais contribuíram para este comportamento (4 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos "Minérios e metais" (0,8 p.p.), dos "Agroalimentares" e "Produtos acabados diversos", ambos de 0,6 p.p..

De referir, ainda, os contributos da "Madeira, cortiça e papel" e "Energéticos", para o crescimento das exportações de mercadorias (0,4 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2018 (Total: 6,5%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob) **Intra + Extra UE**

Grupos de Produtos	Milhões de Euros jan-out		Estrutura (%) Anual		Estrutura (%) jan-out		Tax. variação e contributos últimos 12 meses [1]		Tax. variação e contributos jan-out	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
Total das Exportações	**45 765**	**48 752**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**6,5**	**6,5**	**6,5**	**6,5**
Agro-alimentares	5 627	5 900	11,5	12,5	12,3	12,1	4,5	0,6	4,9	0,6
Energéticos	3 319	3 463	8,3	7,2	7,3	7,1	3,7	0,3	4,3	0,3
Químicos	5 846	5 952	12,5	12,6	12,8	12,2	1,2	0,2	1,8	0,2
Madeira, cortiça e papel	3 462	3 676	8,1	7,5	7,6	7,5	5,5	0,4	6,2	0,5
Têxteis, vestuário e seus acessórios	4 419	4 527	9,2	9,6	9,7	9,3	2,3	0,2	2,5	0,2
Calçado, peles e couros	1957	1920	4,0	4,2	4,3	3,9	-1,7	-0,1	-1,9	-0,1
Minérios e metais	4 442	4 798	11,7	9,7	9,7	9,8	8,1	0,8	8,0	0,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	7 068	6 952	15,3	15,3	15,4	14,3	-1,6	-0,3	-1,6	-0,3
Material de transp. terrestre e suas partes	4 915	6 675	11,1	11,2	10,7	13,7	37,8	4,0	35,8	3,8
Aeronaves, embarcações e suas partes	391	299	0,5	0,8	0,9	0,6	-25,7	-0,2	-23,5	-0,2
Produtos acabados diversos	4 320	4 591	7,7	9,4	9,4	9,4	6,9	0,6	6,3	0,6
Por memória:										
Total sem energéticos	42 446	45 290	91,7	92,8	92,7	92,9	6,7	6,2	6,7	6,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2018.

[2] (nov 17-out 18)/(nov 16-out 17) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

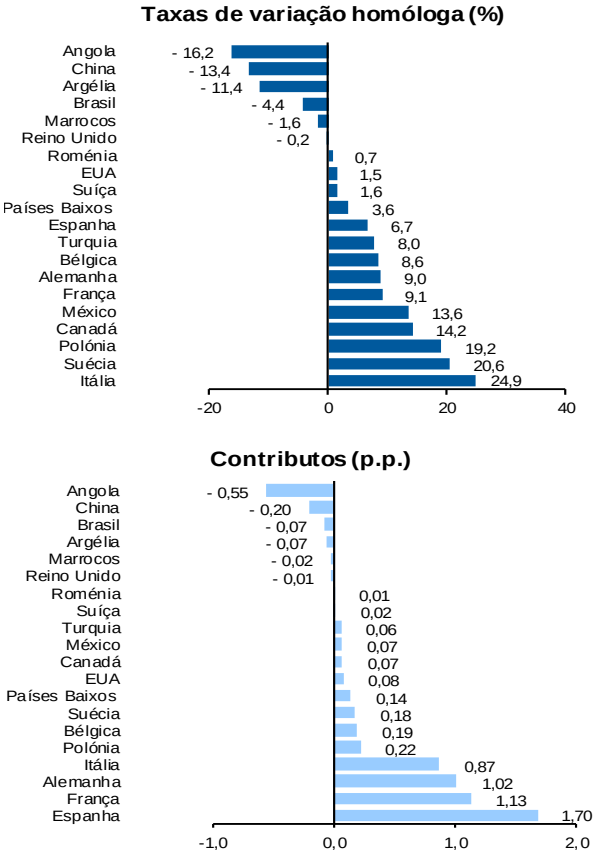
Nos primeiros dez meses de 2018, as exportações para a UE cresceram 9,4%, em termos homólogos e as exportações com destino aos países da UE-15 8,5%, com as exportações com destino aos Países do Alargamento a crescerem 25,3% e as exportações para países terceiros a decaírem 1,7% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha foram as que registaram o maior contributo para o crescimento Intra UE-15 das exportações (1,7 p.p.), seguidas das exportações para a França e a Alemanha (1,1 p.p. e 1 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em outubro de 2018, as exportações para os países Intra UE cresceram 9,4%, em termos homólogos e as exportações para os países da UE-15 8,7%. As exportações para Espanha (1,7 p.p.), França (1,1 p.p.) e Alemanha (1 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Canadá (14,2%), México (13,6%) e Turquia (8%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino aos Angola (16,2%), China (13,4%) e Argélia (11,4%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2018



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de Euros

Destino	jan-out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-out		12 meses [1]		jan-out	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
TOTAL	**45 765**	**48 752**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**6,5**	**6,5**	**6,5**	**6,5**
Intra UE	**33 880**	**37 075**	**71,1**	**74,1**	**74,0**	**76,0**	**9,4**	**7,0**	**9,4**	**7,0**
dos quais:										
UE-15	**32 080**	**34 821**	**67,8**	**70,1**	**70,1**	**71,4**	**8,7**	**6,1**	**8,5**	**6,0**
Espanha	11562	12 342	22,5	25,2	25,3	25,3	6,7	1,7	6,8	1,7
França	5 713	6 196	11,8	12,5	12,5	12,7	9,1	1,1	8,5	1,1
Alemanha	5 218	5 672	12,4	11,4	11,4	11,6	9,0	1,0	8,7	1,0
Reino Unido	3 080	3 091	5,3	6,6	6,7	6,3	-0,2	0,0	0,4	0,0
Países Baixos	1840	1873	4,1	4,0	4,0	3,8	3,6	0,1	1,8	0,1
Itália	1574	2 010	3,7	3,5	3,4	4,1	24,9	0,9	27,7	1,0
Bélgica	1058	1127	3,1	2,3	2,3	2,3	8,6	0,2	6,5	0,2
Suécia	405	484	1,0	0,9	0,9	1,0	20,6	0,2	19,6	0,2
Roménia	329	348	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,0	6,0	0,0
Alargamento	**1 800**	**2 255**	**3,2**	**3,9**	**3,9**	**4,6**	**22,7**	**0,9**	**25,3**	**1,0**
Polónia	526	638	0,9	1,1	1,1	1,3	19,2	0,2	21,3	0,2
Extra UE	**11 885**	**11 677**	**28,9**	**25,9**	**26,0**	**24,0**	**-1,9**	**-0,5**	**-1,7**	**-0,5**
dos quais:										
EUA	2 409	2 450	4,1	5,2	5,3	5,0	1,5	0,1	1,7	0,1
Angola	1501	1282	6,6	3,2	3,3	2,6	-16,2	-0,6	-14,6	-0,5
Brasil	777	664	1,5	1,7	1,7	1,4	-4,4	-0,1	-14,5	-0,2
China	694	571	1,7	1,5	1,5	1,2	-13,4	-0,2	-17,7	-0,3
Marrocos	607	616	1,0	1,3	1,3	1,3	-1,6	0,0	1,6	0,0
Suíça	485	487	0,9	1,1	1,1	1,0	1,6	0,0	0,4	0,0
Turquia	316	366	0,8	0,7	0,7	0,7	8,0	0,1	15,7	0,1
Canadá	248	281	0,4	0,5	0,5	0,6	14,2	0,1	13,0	0,1
Argélia	237	227	0,9	0,5	0,5	0,5	-11,4	-0,1	-4,2	0,0
México	227	256	0,4	0,5	0,5	0,5	13,6	0,1	13,0	0,1
Por memória:										
OPEP [4]	2 152	1848	9,2	4,7	4,7	3,8	-16,8	-0,9	-14,2	-0,7
PALOP	1999	1777	8,0	4,3	4,4	3,6	-12,4	-0,6	-11,1	-0,5
EFTA	655	642	1,1	1,4	1,4	1,3	-1,2	0,0	-1,9	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado).
Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.
Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.
Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.
[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2018.
[2](nov 17-out 18)/(nov 16-out 17) x 100 - 100.
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.
[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a outubro de 2018, as importações de mercadorias cresceram 7,5% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos "Máquinas e aparelhos e suas partes" (1,6 p.p.), "Energéticos" (1,5 p.p.), "Químicos" (1,4 p.p.) e "Material de transp. terrestre e suas partes" (1,1 p.p.) para o crescimento das importações nos primeiros dez meses de 2018.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,4%).

Nos primeiros dez meses de 2018, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 6,6%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 6,4%, em termos homólogos, e as dos países do Alargamento 10,5%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 10,5%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,2% do total). Seguem-se a Rússia (1,8%) e o EUA (1,7%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10^6 Euros (Cif) jan-out		Estrutura (%) Anual		Estrutura (%) jan-out		Taxas de variação e contributos 12 meses [1]		Taxas de variação e contributos jan-out	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	**57 822**	**62 169**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**7,2**	**7,2**	**7,5**	**7,5**
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	8 941	9 166	15,5	15,3	15,5	14,7	2,5	0,4	2,5	0,4
Energéticos	6 708	7 571	20,8	11,7	11,6	12,2	11,6	1,4	12,9	1,5
Químicos	9 319	10 124	16,4	16,0	16,1	16,3	8,4	1,3	8,6	1,4
Madeira, cortiça e papel	1833	1988	3,1	3,2	3,2	3,2	8,9	0,3	8,4	0,3
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	3 501	3 641	5,6	6,1	6,1	5,9	3,6	0,2	4,0	0,2
Calçado, peles e couros	1363	1387	2,1	2,3	2,4	2,2	1,9	0,0	1,8	0,0
Minérios e metais	4 979	5 468	8,2	8,6	8,6	8,8	10,2	0,9	9,8	0,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	9 852	10 801	14,8	17,3	17,0	17,4	8,6	1,5	9,6	1,6
Material de transp. terrestre e suas partes	7 083	7 730	7,8	12,3	12,3	12,4	8,6	1,1	9,1	1,1
Aeronaves, embarcações e suas partes	787	608	0,6	1,3	1,4	1,0	-17,5	-0,2	-22,7	-0,3
Produtos acabados diversos	3 455	3 685	5,1	6,0	6,0	5,9	6,5	0,4	6,6	0,4
Total sem energéticos	51115	54 598	79,2	88,3	88,4	87,8	6,6	5,8	6,8	6,0
Mercados de origem										
Intra UE	**43 963**	**46 849**	**71,5**	**76,4**	**76,0**	**75,4**	**6,6**	**5,0**	**6,6**	**5,0**
dos quais:										
UE-15	**41868**	**44 534**	**68,8**	**72,8**	**72,4**	**71,6**	**6,4**	**4,7**	**6,4**	**4,6**
Espanha	18 497	19 486	31,8	32,3	32,0	31,3	6,0	1,9	5,3	1,7
Alemanha	7 849	8 533	11,3	13,7	13,6	13,7	8,9	1,2	8,7	1,2
França	4 260	4 678	6,6	7,3	7,4	7,5	8,3	0,6	9,8	0,7
Itália	3 137	3 295	5,2	5,4	5,4	5,3	4,6	0,3	5,0	0,3
Países Baixos	3 098	3 243	4,8	5,4	5,4	5,2	5,8	0,3	4,7	0,3
Bélgica	1608	1756	2,5	2,8	2,8	2,8	8,0	0,2	9,2	0,3
Reino Unido	1558	1554	3,0	2,7	2,7	2,5	-1,0	0,0	-0,3	0,0
Polónia	712	731	0,7	1,2	1,2	1,2	2,2	0,0	2,7	0,0
Suécia	550	591	1,0	0,9	1,0	1,0	3,2	0,0	7,5	0,1
Alargamento	**2 094**	**2 315**	**2,7**	**3,6**	**3,6**	**3,7**	**9,3**	**0,3**	**10,5**	**0,4**
Extra UE	**13 860**	**15 321**	**28,5**	**23,6**	**24,0**	**24,6**	**9,2**	**2,2**	**10,5**	**2,5**
dos quais:										
China	1745	1974	2,5	3,0	3,0	3,2	11,0	0,3	13,2	0,4
Rússia	1360	1126	0,8	2,3	2,4	1,8	-21,8	-0,5	-17,2	-0,4
Brasil	1083	822	2,4	1,8	1,9	1,3	-16,5	-0,3	-24,1	-0,5
EUA	821	1052	1,7	1,4	1,4	1,7	23,0	0,3	28,1	0,4
Azerbaijão	595	679	0,9	1,0	1,0	1,1	17,3	0,2	14,2	0,1
Turquia	558	752	0,6	1,0	1,0	1,2	29,9	0,3	34,9	0,3
Índia	516	550	0,6	0,9	0,9	0,9	7,3	0,1	6,6	0,1
Arábia Saudita	511	596	1,6	0,8	0,9	1,0	5,9	0,1	16,5	0,1
Cazaquistão	416	701	1,3	0,7	0,7	1,1	90,6	0,5	68,4	0,5
Coreia do Sul	334	396	0,3	0,6	0,6	0,6	21,5	0,1	18,6	0,1
Guiné Equatorial	286	430	0,8	0,6	0,5	0,7	65,2	0,3	50,2	0,2
Colômbia	302	249	0,5	0,5	0,5	0,4	-16,8	-0,1	-17,5	-0,1
Singapura	349	45	0,0	0,5	0,6	0,1	-85,0	-0,4	-87,1	-0,5
OPEP [4]	1550	2 423	9,5	2,7	2,7	3,9	40,4	1,2	56,3	1,5
EFTA	304	387	0,9	0,5	0,5	0,6	24,5	0,1	27,4	0,1
PALOP	265	796	3,2	0,5	0,5	1,3	140,5	0,7	200,8	0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.
Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.
[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2018.
[2] (nov 17-out 18)/(nov 16-out 17) x 100 - 100.
[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.
[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de outubro de 2018, nos primeiros dez meses de 2018, as "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços cresceram 6,9% em termos homólogos, tendo a componente dos Bens contribuiu positivamente (4,4 p.p.) para o crescimento das "exportações" totais.

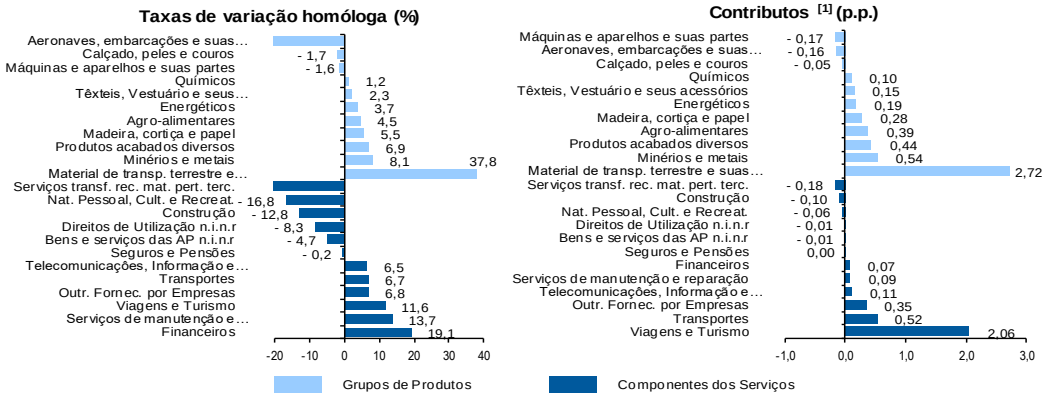
Nos primeiros dez meses de 2018, a componente dos Serviços representou 36,1% do total das "Exportações" e contribuiu positivamente (2,5 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das "Importações" (débito) o peso desta componente foi de 17,7% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das "Importações" totais (7,7%) em 0,9 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em outubro de 2018, com base em dados do INE para as "Exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "Exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos "Material de transp. terrestre e suas partes" (2,72 p.p.) e "Minérios e metais" (0,54 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (2,06 p.p.) e Transportes (0,52 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Último ano a terminar em outubro de 2018



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (7,3%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros

	jan-out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-out		média anual	12 meses [1]		jan-out	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	12-17	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	**70 315**	**75 191**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**5,5**	**7,3**	**7,3**	**6,9**	**6,9**
Bens	**44 914**	**48 012**	**68,8**	**64,1**	**63,9**	**63,9**	**4,0**	**6,9**	**4,4**	**6,9**	**4,4**
Serviços	**25 402**	**27 179**	**31,2**	**35,9**	**36,1**	**36,1**	**8,6**	**8,0**	**2,8**	**7,0**	**2,5**
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	358	212	0,6	0,5	0,5	0,3	3,3	-35,1	-0,2	-40,7	-0,2
Serv. de manutenção e reparação	479	519	0,6	0,7	0,7	0,7	8,1	13,7	0,1	8,3	0,1
Transportes	5 406	5 734	8,0	7,8	7,7	7,6	4,9	6,7	0,5	6,1	0,5
Viagens e Turismo	13 127	14 501	13,4	18,0	18,7	19,3	12,0	11,6	2,1	10,5	2,0
Construção	537	477	0,9	0,8	0,8	0,6	2,7	-12,8	-0,1	-11,1	-0,1
Seguros e Pensões	114	120	0,2	0,2	0,2	0,2	4,6	-0,2	0,0	5,5	0,0
Financeiros	268	306	0,7	0,4	0,4	0,4	-4,4	19,1	0,1	14,3	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	113	97	0,1	0,2	0,2	0,1	27,8	-8,3	0,0	-14,1	0,0
Telecom., Informação e Informática	1 177	1 259	1,5	1,7	1,7	1,7	8,8	6,5	0,1	7,0	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	3 461	3 646	4,6	5,3	4,9	4,8	8,3	6,8	0,4	5,3	0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	241	193	0,4	0,3	0,3	0,3	0,6	-16,8	-0,1	-19,9	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	121	114	0,3	0,2	0,2	0,2	-8,0	-4,7	0,0	-6,0	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	**67 200**	**72 391**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**4,7**	**7,2**	**7,2**	**7,7**	**7,7**
Bens	**54 982**	**59 573**	**83,5**	**81,9**	**81,8**	**82,3**	**4,3**	**7,8**	**6,4**	**8,3**	**6,8**
Serviços	**12 217**	**12 818**	**16,5**	**18,1**	**18,2**	**17,7**	**6,8**	**4,3**	**0,8**	**4,9**	**0,9**
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	13	7	0,0	0,0	0,0	0,0	-12,0	-50,4	0,0	-48,8	0,0
Serv. de manutenção e reparação	365	338	0,4	0,5	0,5	0,5	14,3	-4,3	0,0	-7,5	0,0
Transportes	3 016	3 201	4,7	4,5	4,5	4,4	3,7	5,1	0,2	6,1	0,3
Viagens e Turismo	3 621	3 943	4,6	5,3	5,4	5,4	7,8	8,8	0,5	8,9	0,5
Construção	93	102	0,2	0,1	0,1	0,1	2,5	6,0	0,0	9,1	0,0
Seguros e Pensões	333	343	0,4	0,5	0,5	0,5	6,8	1,8	0,0	3,0	0,0
Financeiros	368	394	0,9	0,6	0,5	0,5	-5,9	5,4	0,0	7,2	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	650	612	0,6	0,9	1,0	0,8	14,3	-7,7	-0,1	-6,0	-0,1
Telecom., Informação e Informática	800	761	1,2	1,1	1,2	1,1	4,6	-9,1	-0,1	-4,8	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 661	2 809	2,7	4,1	4,0	3,9	14,1	6,1	0,2	5,6	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	192	199	0,7	0,3	0,3	0,3	-12,9	2,1	0,0	3,3	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	105	109	0,1	0,2	0,2	0,2	11,3	13,9	0,0	4,4	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até outubro de 2018.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Exportação portuguesa de mobiliário (2013 a 2017)

Walter Anatole Marques [1]

1. Nota introdutória

O termo 'mobiliário' é habitualmente associado, entre nós, ao tradicional mobiliário integralmente de madeira. Neste trabalho vai analisar-se não só a exportação portuguesa de mobiliário de madeira, mas também de mobiliário de metal, ou com armação metálica, e outra, como de bambu, de rotim (junco), de vime ou de plástico.

As exportações destes tipos de produtos, hoje mais orientados para um 'design' apelativo, registaram no passado recente um notável incremento, também fruto da crise que atingiu o mercado interno do país.

De acordo com dados de base disponíveis no portal do "International Trade Centre" (ITC), o principal exportador mundial de mobiliário em 2017 foi a China (30,8% do Total), seguida da Alemanha (7,5%), da Itália (6,6%), da Polónia (6,3%), dos EUA (4,8%) e do México (também 4,8%).

De acordo com a mesma fonte, nesse ano o peso de Portugal terá sido de 1,1%. Considerando os dados de base da exportação (Fob) calculados pelo "Instituto Nacional de Estatística" (INE), as percentagens anuais são coincidentes no período em análise.

Principais exportadores mundiais de mobiliário em 2017 (%)
(2013 a 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
China	33,8	32,5	34,4	31,5	30,8
Alemanha	8,0	8,0	7,5	7,7	7,5
Itália	7,2	7,1	6,6	6,7	6,6
Polónia	5,7	6,1	5,7	6,2	6,3
EUA	5,0	5,1	5,3	5,2	4,8
México	4,1	4,6	4,8	5,0	4,8
% do Total >>	63,8	63,4	64,2	62,3	60,8
Por memória:					
Portugal					
Dados ITC	*1,0*	*1,1*	*1,0*	*1,1*	*1,1*
Dados INE	*1,0*	*1,1*	*1,0*	*1,1*	*1,1*

Fonte: A partir de dados de base do "International Trade Centre" (ITC).

2. Exportações de mobiliário de 2013 a 2017

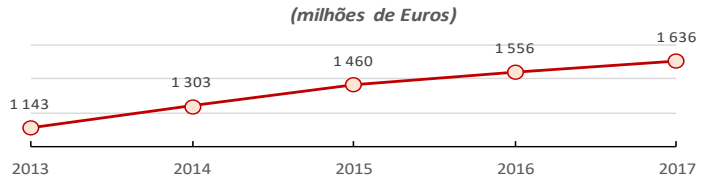
Em 2017 estas exportações totalizaram 1,6 mil milhões de Euros, cabendo 42,8% deste valor ao "Mobiliário de madeira", 6,5% ao "Mobiliário de metal" (ou com armação de metal) e 50,7% ao "Outro mobiliário".

Ao longo dos últimos cinco anos as exportações deste conjunto de produtos cresceram sustentadamente à taxa média anual de +9,4%, cabendo ao "Mobiliário de madeira" um contributo de +5,8%, ao "Mobiliário de metal" +1,8% e ao "Outro mobiliário" +14,3%.

[1] Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Exportação portuguesa de mobiliário
(2013 a 2017)

Tipo de mobiliário	milhares de Euros e %					Taxa Var. média anual
	2013	2014	2015	2016	2017	
Total	**1 143 149**	**1 303 448**	**1 460 362**	**1 556 065**	**1 635 926**	**9,4**
TVH	-	*14,0*	*12,0*	*6,6*	*5,1*	-
Mobiliário de madeira	558 789	609 761	627 434	642 592	699 889	5,8
TVH	-	*9,1*	*2,9*	*2,4*	*8,9*	-
Mobiliário de metal *[1]*	98 844	100 186	97 543	96 363	106 037	1,8
TVH	-	*1,4*	*-2,6*	*-1,2*	*10,0*	-
Outro mobiliário	485 515	593 501	735 385	817 109	830 000	14,3
TVH	-	*22,2*	*23,9*	*11,1*	*1,6*	-
Por memória:						
Peso na export. global (%)	2,4	2,7	2,9	3,1	3,0	

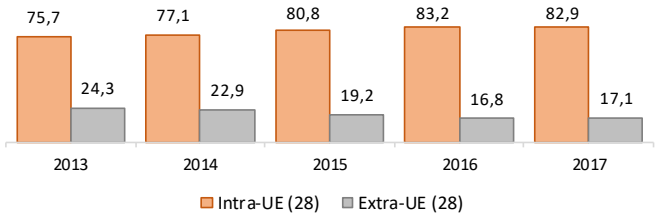


[1] Ou com armação de metal
Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

3. Mercados Intra e Extracomunitário

Entre 2015 e 2017 mais de 80% das exportações de mobiliário destinaram-se ao espaço Intra-comunitário, tendo o seu peso aumentado de 75,7%, em 2013, para cerca de 83% nos dois últimos anos.

Exportação portuguesa de mobiliário para os mercados Intra e Extra-comunitário (%)
(2013 a 2017)



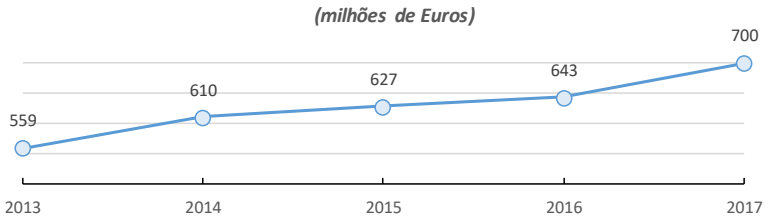
Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

4. Exportação de mobiliário de madeira

4.1. Desagregação por produtos

Exportação portuguesa de mobiliário de madeira
(2013 a 2017)

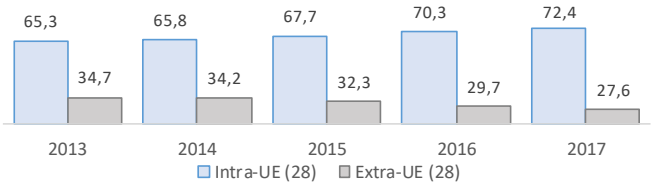
NC	Tipo de móveis	milhares de Euros e %					Taxa Var. média anual
		2013	2014	2015	2016	2017	
	TOTAL	**558 789**	**609 761**	**627 434**	**642 592**	**699 889**	**5,8**
	TVH	-	*9,1*	*2,9*	*2,4*	*8,9*	-
	Assentos	**56 401**	**72 568**	**72 946**	**80 495**	**85 076**	**10,8**
	TVH	-	*28,7*	*0,5*	*10,3*	*5,7*	-
940161	Assentos estofados	49 791	65 084	65 674	73 758	79 662	12,5
940169	Assentos não estofados	6 457	7 203	7 086	6 502	4 879	-6,8
94019030	Partes de assentos	153	281	187	236	535	36,6
	Móveis de escritório	**18 374**	**31 925**	**59 674**	**53 210**	**56 421**	**32,4**
	TVH	-	*73,8*	*86,9*	*-10,8*	*6,0*	-
94033011	Secretárias (alt. =< 80 cm)	1 861	14 385	43 133	38 774	40 198	115,6
94033019	Excl. secretárias (alt. =< 80 cm)	5 020	6 933	9 495	7 592	8 479	14,0
94033091	Armários/ficheiros (alt. > 80 cm)	5 248	4 157	2 099	2 190	3 364	-10,5
94033099	Excl. armár. e fich. (alt. > 80 cm)	6 246	6 451	4 947	4 654	4 380	-8,5
940340	**Móveis de cozinha**	**33 448**	**50 918**	**61 840**	**66 942**	**78 776**	**23,9**
	TVH	-	*52,2*	*21,5*	*8,3*	*17,7*	-
940350	**Móveis quarto de dormir**	**104 634**	**94 205**	**79 071**	**79 012**	**76 345**	**-7,6**
	TVH	-	*-10,0*	*-16,1*	*-0,1*	*-3,4*	-
94036010	**Móveis sala jantar/estar**	**236 405**	**228 587**	**190 130**	**195 915**	**213 631**	**-2,5**
	TVH	-	*-3,3*	*-16,8*	*3,0*	*9,0*	-
94036030	**Móveis para lojas**	**13 713**	**12 993**	**18 791**	**27 103**	**35 446**	**26,8**
	TVH	-	*-5,3*	*44,6*	*44,2*	*30,8*	-
94036090	**Outros móveis**	**73 757**	**96 458**	**118 584**	**110 929**	**122 002**	**13,4**
	TVH	-	*30,8*	*22,9*	*-6,5*	*10,0*	-
94039030	**Partes de móveis**	**22 057**	**22 109**	**26 398**	**28 985**	**32 192**	**9,9**
	TVH	-	*0,2*	*19,4*	*9,8*	*11,1*	-



Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

4.2. Mercados de destino

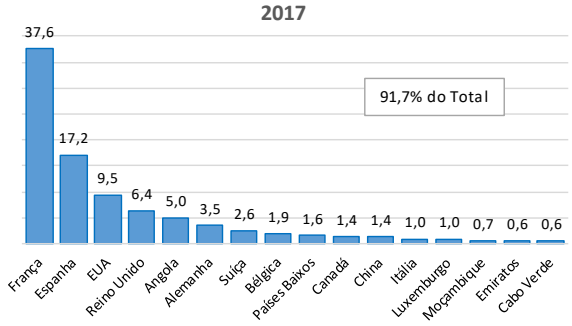
Exportação de mobiliário de madeira para os mercados Intra e Extra-comunitários (%)
(2013 a 2017)



Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

Principais países de destino da exportação de mobiliário de madeira (%)
(2013 a 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
França	37,9	36,4	36,7	38,2	37,6
Espanha	14,2	14,2	15,5	17,2	17,2
EUA	5,5	7,3	8,8	9,8	9,5
Reino Unido	2,9	4,0	5,5	5,0	6,4
Angola	15,0	14,0	9,1	4,6	5,0
Alemanha	3,7	5,4	3,7	2,9	3,5
Suíça	2,1	2,0	2,7	2,8	2,6
Bélgica	2,2	1,9	1,8	2,0	1,9
Países Baixos	0,9	0,8	1,3	0,9	1,6
Canadá	1,5	1,0	1,6	1,2	1,4
China	0,8	1,1	1,1	1,3	1,4
Itália	0,9	0,7	0,5	0,6	1,0
Luxemburgo	0,7	0,8	1,0	0,8	1,0
Moçambique	1,3	1,1	1,2	0,9	0,7
Emiratos	0,5	0,4	0,3	0,7	0,6
Cabo Verde	0,4	0,9	0,8	0,8	0,6
Peso no Total >>	90,5	92,0	91,7	89,6	91,7



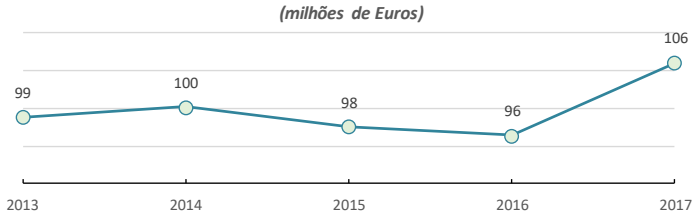
Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

5. Exportação de mobiliário de metal

5.1. Desagregação por produtos

Exportação portuguesa de mobiliário de metal ou com armação de metal
(2013 a 2017)

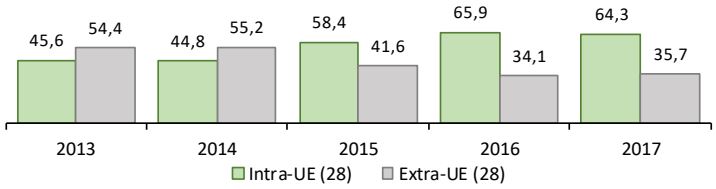
NC	Tipo de móveis	milhares de Euros e %					Taxa Var. média anual
		2013	2014	2015	2016	2017	
	TOTAL	**98 844**	**100 186**	**97 543**	**96 363**	**106 037**	**1,8**
	TVH	-	*1,4*	*-2,6*	*-1,2*	*10,0*	-
	Assentos	**8 863**	**12 582**	**11 780**	**12 313**	**17 354**	**18,3**
	TVH	-	*42,0*	*-6,4*	*4,5*	*40,9*	-
940171	Estofados	5 214	7 750	7 813	8 756	13 311	26,4
940179	Não estofados	3 649	4 832	3 966	3 556	4 043	2,6
	Móveis de escritório	**42 542**	**38 858**	**39 719**	**36 848**	**34 793**	**-4,9**
	TVH	-	*-8,7*	*2,2*	*-7,2*	*-5,6*	-
94031051	Secretárias, altura = < 80 cm	7 556	7 562	8 664	8 703	12 155	12,6
94031058	Móveis, altura = < 80 cm	6 013	6 766	7 121	5 950	7 901	7,1
94031091	Armários portas, alt. > 80 cm	8 077	6 073	4 740	7 070	8 315	0,7
94031093	Armários gavetas, alt. > 80 cm	8 706	8 328	11 117	4 869	1 030	-41,3
94031098	Outros móveis, altura > 80 cm	12 190	10 129	8 076	10 256	5 392	-18,4
	Outros móveis	**47 439**	**48 746**	**46 044**	**47 203**	**53 890**	**3,2**
	TVH	-	*2,8*	*-5,5*	*2,5*	*14,2*	-
94032020	Camas (excl. usos clínicos)	2 554	1 268	1 116	1 011	1 188	-17,4
94032080	Outros (excl. escrit., méd., camas)	36 650	37 877	34 394	32 930	35 272	-1,0
94039010	Partes, n.e.	8 235	9 602	10 534	13 262	17 431	20,6



Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

5.2. Mercados de destino

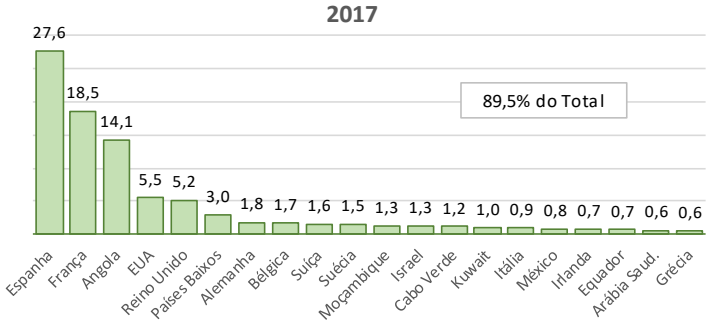
Exportação de mobiliário de metal ou com armação de metal para os mercados Intra e Extra-comunitário (%)
(2013 a 2017)



Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

Principais países de destino da exportação de mobiliário de metal ou com armação de metal (%)
(2013 a 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Espanha	19,8	20,9	24,7	29,5	27,6
França	16,7	15,7	18,8	19,9	18,5
Angola	39,9	37,0	21,3	12,6	14,1
EUA	3,3	2,3	2,6	5,3	5,5
Reino Unido	1,8	2,6	5,3	5,2	5,2
Países Baixos	1,2	1,0	1,7	1,6	3,0
Alemanha	1,7	1,4	2,4	3,2	1,8
Bélgica	1,4	0,8	1,1	2,0	1,7
Suíça	0,6	1,6	1,0	1,8	1,6
Suécia	0,1	0,0	1,1	0,8	1,5
Moçambique	2,7	3,2	2,7	2,0	1,3
Israel	0,5	1,0	1,7	0,7	1,3
Cabo Verde	1,0	1,5	1,2	1,7	1,2
Kuwait	0,1	0,1	0,3	0,4	1,0
Itália	0,6	0,2	0,2	0,8	0,9
México	0,0	0,1	0,2	0,2	0,8
Irlanda	0,5	0,5	0,9	0,6	0,7
Equador	0,1	0,0	0,0	0,0	0,7
Arábia Saud.	0,1	0,5	0,9	1,0	0,6
Grécia	0,0	0,0	0,3	0,1	0,6
Peso no Total >>	91,9	90,5	88,6	89,2	89,5



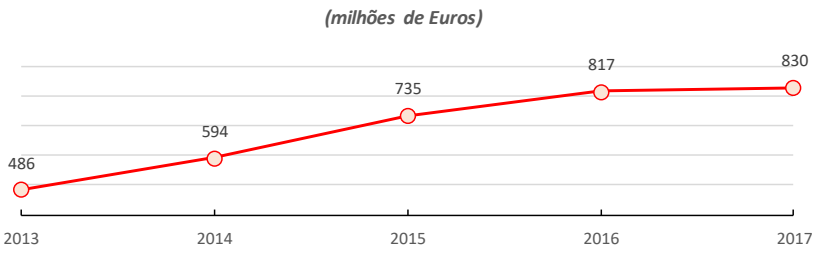
Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

6. Exportação de outro mobiliário

6.1. Desagregação por produtos

Exportação portuguesa de outro mobiliário [1]
(2013 a 2017)

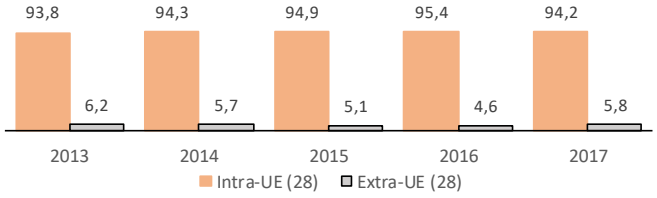
NC	Tipo de móveis	milhares de Euros e %					Taxa Var. média anual
		2013	2014	2015	2016	2017	
	TOTAL	**485 515**	**593 501**	**735 385**	**817 109**	**830 000**	**14,3**
	TVH	-	*22,2*	*23,9*	*11,1*	*1,6*	-
	Assentos	**451 150**	**554 450**	**692 682**	**765 142**	**768 644**	**14,2**
	TVH	-	*22,9*	*24,9*	*10,5*	*0,5*	-
940110	Assentos para veíc. aéreos	19	14	32	86	2	-44,4
940120	Assentos para veíc. automóveis	36 466	16 398	18 985	54 861	39 110	1,8
940130	Ass. giratórios, alt. regulável [2]	8 960	11 295	13 506	15 056	9 356	1,1
940140	Ass. transformáveis em cama [3]	40 683	43 803	62 686	72 528	72 451	15,5
940151	Assentos de bambu ou rotim	10	26	35	6	21	19,6
940159	Assentos de vime e semelh.	173	125	202	140	169	-0,6
940180	Assentos n.e.	26 528	41 727	56 525	54 344	61 286	23,3
94019010	Partes de ass. para veíc. aéreos	1 651	1 291	1 480	1 783	1 330	-5,3
94019080	Partes de assentos n.e.	336 660	439 771	539 231	566 338	584 919	14,8
	Mobiliário médico, cadeiras orientáveis e partes	**19 009**	**19 518**	**21 640**	**19 986**	**24 937**	**7,0**
	TVH	-	*2,7*	*10,9*	*-7,6*	*24,8*	-
940210	*Cadeiras dentista, cabeleireiro, outr.*	1 489	1 992	2 043	1 598	2 990	19,0
940290	*Mesas operação, exame, uso médico*	17 520	17 526	19 597	18 388	21 947	5,8
	Outros móveis e partes	**13 655**	**17 188**	**16 990**	**28 350**	**30 662**	**22,4**
	TVH	-					
940370	Móveis de plástico	6 965	9 704	9 434	13 060	14 166	19,4
940381	Móveis de bambu ou rotim	75	211	58	39	72	-1,3
940389	Móveis de vime	2 870	3 088	3 722	6 487	6 009	20,3
94039090	Partes de móveis n.e.	3 745	4 185	3 776	8 765	10 414	29,1
940410	**"Sommiers"**	**1 701**	**2 345**	**4 074**	**3 630**	**5 757**	**35,6**
	TVH	-	*37,8*	*73,7*	*-10,9*	*58,6*	-



[1] Não de madeira ou metal.
[2] Excluindo para uso médico e cabeleireiro.
[3] Ezcluindo para uso médico e jardim.
Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt

6.2. Mercados de destino

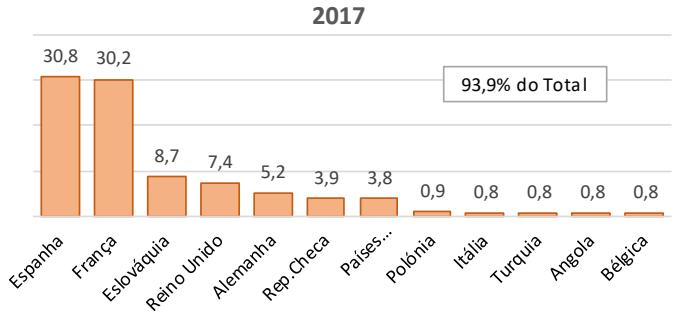
Exportação de outro mobiliário para os mercados Intra e Extra-comunitários (%)
(2013 a 2017)



Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

Principais países de destino da exportação de outro mobiliário (%)
(2013 a 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Espanha	35,2	34,5	32,3	35,8	30,8
França	23,8	18,4	23,1	25,5	30,2
Eslováquia	0,0	0,0	3,0	6,0	8,7
Reino Unido	2,3	8,0	7,4	7,0	7,4
Alemanha	16,9	15,8	12,9	8,6	5,2
Rep.Checa	1,3	1,1	0,6	0,9	3,9
Países Baixos	4,5	3,9	3,8	3,5	3,8
Polónia	0,6	0,3	0,3	0,9	0,9
Itália	0,7	0,7	0,8	1,3	0,8
Turquia	0,1	0,1	0,1	0,4	0,8
Angola	2,7	2,5	1,1	0,7	0,8
Bélgica	0,5	1,2	1,8	1,0	0,8
Peso no Total >>	88,6	86,6	87,3	91,5	93,9



Fonte. A partir de dados de base do INE: 2013 a 2016 definitivos; 2017 provisórios (http://www.ine.pt).

ANEXO
Definição do conteúdo dos agregados de mobiliário
(Nomenclatura Combinada)

	Mobiliário de madeira
	Assentos de madeira
940161	Assentos armação madeira, estofados (excl. tranform. cama)
940169	Assentos com armação de madeira, não estofados
94019030	Partes de assentos de madeira n.e.
	Móveis de madeira para escritório (excl. assentos)
94033011	Secretárias com armação de madeira, altura = < 80 cm
94033019	Móveis madeira p/ escritório, altura = < 80 cm (excl. secretárias e assentos)
94033091	Armários/ficheiros de madeira p/escritório, altura > 80cm
94033099	Móveis madeira p/ escritório, altura > 80 cm (excl. armários/ficheiros)
940340	**Móveis de madeira, para cozinha (excl assentos)**
940350	**Móveis de madeira para quarto de dormir**
94036010	**Móveis de madeira para salas de jantar/estar**
94036030	**Móveis de madeira para lojas**
94036090	**Outros móveis de madeira**
94039030	**Partes de móveis de madeira**
	Mobiliário de metal ou com armação metálica
	Assentos de metal
940171	Assentos estofados
940179	Assentos não estofados
	Mobiliário de escritório de metal
94031051	Secretárias armação metal, altura = < 80 cm
94031058	Móveis, altura = < 80 cm
94031091	Armários portas/persianas, altura > 80 cm
94031093	Armários gavetas/ficheiros, altura > 80 cm
94031098	Outros móveis, altura > 80 cm
	Outros móveis de metal
94032020	Camas (excl. usos clínicos)
94032080	Outros (excl. escritório, médicos, camas e assentos
94039010	Partes de móveis, n.e.
	Outro mobiliário
	Assentos
940110	Assentos para veículos aéreos
940120	Assentos para veículos automóveis
940130	Assentos giratórios de altura ajustável (excl. uso médico e cabeleireiro)
940140	Assentos tansformáveis em camas (excl. uso médico e jardim)
940152*	Assentos de bambu
940153*	Assentos de rotim
940159	Assentos de vime e semelhantes (excl. bambu e rotim)
940180	Assentos n.e.
94019010	Partes de assentos para veículos aéreos
94019080	Partes de assentos (excl. madeira) n.e., excl. aéreos
	Mobiliário para uso médico, cadeiras orientáveis e partes
940210	Cadeiras de dentista, cabeleireiro e semelhantes
940290	Mesas de operação, exames e outro uso médico
	Outros móveis e partes
940370	Móveis de plástico
940382**	Móveis de bambu
940383**	Móveis de rotim
940389	Móveis de vime
94039090	Partes de móveis n.e.
940410	**Suportes para armações de camas (sommiers)**

* 940151 - assentos de bambu ou rotim (de 2013 a 2016)
** 940381 - móveis de bambu ou rotim (de 2013 a 2016)

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 04 de dezembro de 2018	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 4 de dezembro de 2018 destacam-se os seguintes temas: ▪ **Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento:** O Conselho ECOFIN tomou nota dos procedimentos por desvio significativo por parte da Hungria e da Roménia. Neste âmbito, foram adotadas, por maioria qualificada, Decisões em como não foram tomadas ações efetivas, assim como novas Recomendações relativas às medidas a serem tomadas para a correção dos respetivos desvios significativos. ▪ **Semestre Europeu:** O Conselho ECOFIN deu início ao processo anual de acompanhamento e coordenação das políticas económicas, de emprego e orçamentais dos estados-membros, denominado de "Semestre Europeu". Nesta ocasião, procedeu a uma primeira discussão relativa a três documentos apresentados pela Comissão Europeia anualmente: (i) ao Inquérito Anual sobre o Crescimento e suas principais conclusões para 2019, (ii) ao Relatório Anual do Mecanismo de Alerta, marcando o ponto de partida para o procedimento anual relativo aos desequilíbrios macroeconómicos e (iii) à Recomendação da Comissão Europeia para uma Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro. A aprovação das conclusões do Inquérito Anual sobre o Crescimento e do Relatório Anual do Mecanismo de Alerta, bem como da Recomendação sobre a política económica da área do euro, está agendada para a reunião do Conselho ECOFIN a ter lugar a 22 de janeiro de 2019. ▪ **Pacote bancário**: o Conselho aprovou o acordo alcançado, com o Parlamento Europeu, em vários pontos chave das propostas destinadas a reduzir os riscos no sector bancário (que incluem alterações à Diretiva 2013/36/UE e ao Regulamento 575/2013 relativos a requisitos aplicáveis a instituições de crédito e empresas de investimento, à Diretiva 2014/59/UE relativa à recuperação e a resolução de instituições de crédito e empresas de investimento, e ao Regulamento 806/2014 relativo ao Mecanismo Único de Resolução). Os trabalhos continuarão de forma a finalizar as questões, de natureza sobretudo técnica, ainda pendentes. Destaca-se, ainda, a aprovação, sem debate: ▪ De novas alterações às conclusões do Conselho ECOFIN de 5 de dezembro de 2017 sobre a lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais. Destaca-se a decisão de retirada de Andorra e de São Marino do Anexo II das conclusões, o qual contem a lista de jurisdições com deficiências em matéria de boa governação fiscal ("lista cinzenta"), mas que tomaram ou comprometeram-se politicamente a tomar medidas significativas para as resolver. Assim, permanecem na lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais cinco jurisdições: Guam, Ilhas Virgens Americanas, Samoa, Samoa Americana e Trinidad e Tobago. ▪ De conclusões sobre um plano de ação destinado a fortalecer o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. As conclusões incluem um conjunto de medidas não legislativas de curto prazo, que visam reforçar a supervisão e encorajar a cooperação entre as entidades competentes neste domínio.
Reunião Conselho Europeu e Cimeira do Euro 13 e 14 de dezembro de 2018	Da discussão ocorrida no Conselho Europeu e na Cimeira do Euro de 13 e 14 de dezembro de 2018 e de acordo com o relatório do Eurogrupo, em formato inclusivo, apresentado aos Líderes sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária, destacam-se os seguintes temas:

Iniciativa	Sumário
	▪ **Quadro Financeiro Plurianual (QFP):** O Conselho Europeu congratulou o trabalho preparatório relativo ao próximo QFP e instou a próxima Presidência a prosseguir esse trabalho e a desenvolver uma orientação para a próxima fase das negociações, com vista a alcançar um acordo no Conselho Europeu no outono de 2019. ▪ **Instrumento Orçamental para a Convergência e a Competitividade na Área do Euro:** O Eurogrupo irá trabalhar sobre a conceção, as modalidades de execução e o calendário de um instrumento orçamental para a convergência e a competitividade na área do euro, integrado no orçamento da UE, com vista à aprovação das suas características na primavera de 2019. Este instrumento será posteriormente adotado de acordo com o processo legislativo ordinário, com base numa proposta da Comissão. ▪ **Mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução:** Os líderes aprovaram os termos de referência do mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução que estabelecem a forma como o mecanismo será posto em prática e antecipado, desde que tenham sido realizados progressos suficientes na redução dos riscos, a avaliar em 2020. ▪ **Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE):** Os Líderes aprovaram a ficha descritiva da reforma do MEE. O Eurogrupo discutirá as alterações necessárias para esta reforma, nomeadamente a inclusão nos seus instrumentos de apoio financeiro do mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução no Tratado do MEE, até junho de 2019. Destaca-se também, no domínio dos serviços financeiros: ▪ A adoção pelo COREPER, no dia 4 de dezembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento que altera o Regulamento (UE) n.º 1095/2010 e o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que respeita aos procedimentos e às autoridades envolvidos na autorização das CCP e aos requisitos para o reconhecimento das CCP de países terceiros. ▪ A adoção pelo COREPER, no dia 19 de dezembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento que altera o Regulamento (UE) 2016/1011 no que diz respeito aos índices de referência hipocarbónicos e aos índices de referência de impacto carbónico positivo. ▪ A adoção pelo COREPER, no dia 19 de dezembro, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento relativo à divulgação de informações relacionadas com investimentos sustentáveis e riscos em matéria de sustentabilidade. ▪ A adoção pelo COREPER, no dia 19 de dezembro, do compromisso alcançado previamente com o Parlamento Europeu referente à proposta de Regulamento que altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009 no que respeita a determinados encargos de pagamentos transfronteiriços na União e aos encargos de conversão cambial.
Transposição de Diretiva – Pacote Ferroviário Conselho de Ministros de 6 de dezembro de 2018	Aprovou o decreto-lei que estabelece as regras gerais aplicáveis a todos os operadores de transporte ferroviário de passageiros, altera o regime jurídico aplicável à CP – Comboios de Portugal, e revê o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária e acesso à atividade ferroviária, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2370 e introduzindo no ordenamento jurídico português os requisitos do quarto «pacote ferroviário».
Código da Propriedade Industrial Conselho de Ministros de 6 de dezembro de 2018	Aprovou o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e 2016/943. O presente decreto-lei simplifica os procedimentos administrativos relativos à atribuição, manutenção e cessação dos direitos de propriedade industrial e introduz mecanismos que permitem fortalecer o sistema de proteção dos

Iniciativa	Sumário
	direitos e imprimem maior eficácia à repressão das infrações, designadamente mediante o agravamento das sanções aplicáveis.
Código de Processo do Trabalho (CPT) Conselho de Ministros de 13 de dezembro de 2018	Aprovou a proposta de lei que introduz alterações ao Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil. O Governo submete à apreciação da Assembleia da República um conjunto de alterações ao Código de Processo do Trabalho (CPT).
Imposto sobre o Valor Acrescentado Conselho de Ministros de 13 de dezembro de 2018	Aprovou o decreto-lei que procede à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA.
Jovem Empresário Rural Conselho de Ministros de 13 de dezembro de 2018	Aprovou o decreto-lei que cria o estatuto de «Jovem Empresário Rural» e define o respetivo procedimento de reconhecimento, contribuindo para a diversificação da base económica regional, a criação de emprego e a fixação de jovens empreendedores nas zonas rurais.
Banco Asiático de Desenvolvimento – internacionalização das empresas – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 Conselho de Ministros de 13 de dezembro de 2018	Aprovou a resolução que autoriza o Governo a participar no quinto aumento geral de capital do Banco Asiático de Desenvolvimento, sob a forma de um aumento especial de capital. A participação nacional neste processo enquadra-se nos objetivos da política de internacionalização das empresas portuguesas, da política externa e da política de cooperação para o desenvolvimento, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030.
Exposição Mundial do Dubai de 2020 – *Connecting Minds, Creating the Future* Conselho de Ministros de 13 de dezembro de 2018	Aprovou o modelo institucional e o programa de atividades para a participação de Portugal na Expo 2020 Dubai, conforme proposto pelo comissário-geral de Portugal.
Retribuição Mínima Mensal Garantida – Programa do Governo Conselho de Ministros de 20 de dezembro de 2018	Aprovou a atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para os 600 euros (seiscentos euros), com entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2019, em cumprimento do disposto no seu Programa.
Faturação eletrónica – Contratos Públicos Conselho de Ministros de 20 de dezembro de 2018	Aprovou o decreto-lei que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, agilizando o relacionamento existente entre as entidades públicas, e destas com os agentes económicos privados.
Transposição de Diretiva – Investimento em tecnologias de baixo-carbono Conselho de Ministros de 20 de dezembro de 2018	Aprovou o decreto-lei que altera o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa e procede à transposição parcial da nova Diretiva CELE - Diretiva (UE) 2018/410, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março de 2018, que reforça a relação custo-eficácia das reduções de emissões e o investimento nas tecnologias de baixo carbono.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Transposição de Diretivas – Código da Propriedade Industrial – Lei da Organização do Sistema Judiciário Lei n.º 65/2018 - Diário da República n.º 231/2018, Série I de 2018-11-30	Autoriza o Governo a aprovar um novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943, e a alterar as Leis n.ºs 62/2011, de 12 de dezembro, que cria um regime de composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos, e 62/2013, de 26 de agosto, Lei da Organização do Sistema Judiciário.
Código de Atividade Económica – Atividade económica itinerante – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas Lei n.º 66/2018 - Diário da República n.º 232/2018, Série I de 2018-12-03	Cria um Código de Atividade Económica específico para a atividade económica itinerante (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3).
Mediadores de recuperação de empresas – Formação de mediadores de recuperação de empresas Portaria n.º 309/2018 - Diário da República n.º 232/2018, Série I de 2018-12-03	Regula o regime aplicável à certificação de entidades formadoras de mediadores de recuperação de empresas.
Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Sector Energético Decreto-Lei n.º 109-A/2018 - Diário da República n.º 236/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-12-07	Altera o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Sector Energético.
Transposição de Diretivas – Código da Propriedade Industrial Decreto-Lei n.º 110/2018 - Diário da República n.º 237/2018, Série I de 2018-12-10	Aprova o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943.
Mediadores de recuperação de empresas Portaria n.º 315/2018 - Diário da República n.º 237/2018, Série I de 2018-12-10	Fixa o montante do capital mínimo coberto pelo seguro de responsabilidade civil obrigatória para os mediadores de recuperação de empresas.
Competitividade e Internacionalização - Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 316/2018 - Diário da República n.º 237/2018, Série I de 2018-12-10	Sétima alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado pela Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro.
Programa de Captação de Investimento para o Interior Decreto-Lei n.º 111/2018 - Diário da República n.º 238/2018, Série I de 2018-12-11	Cria e regulamenta o Programa de Captação de Investimento para o Interior (PC2II).
Programa do Governo – Programa de Estabilidade 2018-2022 Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2018 - Diário da República n.º 241/2018, Série I de 2018-12-14	Autoriza a despesa relativa à construção de novos troços do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto.
Programa do Governo – Plano Nacional de Reformas Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2018 - Diário da República n.º 241/2018, Série I de 2018-12-14	Autoriza a despesa relativa ao Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa.
Programas de captação de investimento – Transferência de competências - Fundo para a Inovação Social Despacho n.º 12106/2018 - Diário da República n.º 242/2018, Série II de 2018-12-17	Designa a PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A., como entidade gestora do Fundo para a Inovação Social.
Competitividade e Internacionalização - Estrutura de Missão Portugal Inovação Social Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2018 - Diário da República n.º 243/2018, Série I de 2018-12-18	Altera a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social.

Assunto/Diploma	Descrição
Regime de certificação de empresas – Acolhimento de empresas altamente qualificadas Portaria n.º 328/2018 - Diário da República n.º 244/2018, Série I de 2018-12-19	Define o regime de certificação de empresas tendo em vista o acolhimento de nacionais de Estados terceiros que pretendam desenvolver uma atividade altamente qualificada em Portugal.
Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT) - Grandes opções do plano para 2018 Portaria n.º 328-A/2018 - Diário da República n.º 244/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-12-19	Procede à alteração e alargamento do regime de modulação do valor das taxas de portagem em benefício dos veículos das Classes 2, 3 e 4 afetos ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem ou público, instituído pela Portaria n.º 41/2012, de 10 de fevereiro.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
AE	Área do Euro
AL	Administração Local
AR	Administração Regional
B&S	Bens e Serviços
BBL	Barrel
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
BEA	*Bureau of Economic Analysis*
BGFRS	*Board of Governors of the Federal Reserve System*
BLS	*Bureau of Labour Statistic*
BT	Bilhetes do Tesouro
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CE	Comissão Europeia
CEDIC	Certificados Especiais da Dívida Pública de Curto Prazo
CGA	Caixa Geral de Aposentações, IP
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CN	Contas Nacionais
COGJ	*Cabinet Office Government of Japan*
CPB	*Bureau for Economic Policy Analysis*
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia
DGO	Direção-geral do Orçamento
DGT	Direção-geral do Tesouro
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial
EPA	*Economic Planning Agency*
EUROSTAT	Instituto de Estatística da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
IEFP	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, IP
IGCP	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, EPE
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística, IP
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França

Siglas	Descrição
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRCT	Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISM	Institute for Supply Management
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália
ISV	Imposto sobre Veículos
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MC	Ministry of Commerce of China
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NBSC	National Bureau of Statistics of China
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto Interno Bruto
PSI	*Portuguese Stock Exchange* (Economia)
SDDS	Special Data Dissemination Standard
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
Yahoo	Finance Yahoo

Siglas	Unidades
%	Percentagem
MM3	Média móvel de três termos
p.b.	Pontos base
p.p.	Pontos percentuais
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a IRCT publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano.

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
: representa valor não disponível.
- Não se aplica.